

**Nº13 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 23 de junho
de 2017. -----**

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Paulo Jorge Ferreira da Silva, Técnico Superior, em regime de mobilidade. -

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte de junho de dois mil e dezassete. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----

Foi designado, secretário da reunião, o Técnico Superior, em regime de mobilidade, Paulo Jorge Ferreira da Silva, na ausência do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, por o mesmo se encontrar no gozo do seu período de férias. -

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado, informação adicional correlacionada com Processo de licenciamento n.º 476/16, muito concretamente, autorização para a demolição, rampa de acesso e altura do muro, assunto, por si, já abordado, na última reunião ordinária do Executivo Municipal. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que os competentes serviços municipais estão a preparar informação técnica, em vista ao cabal esclarecimento das dúvidas suscitadas, pelo Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco Chaves de Melo. -----
Tal informação será, oportunamente, levada ao conhecimento do Vereador peticionário, em sede de próxima reunião do Órgão Executivo Municipal.-----

- Balneário Pedagógico de Vidago - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente questionou o Presidente da Câmara, sobre o tipo de água usada no Balneário Pedagógico de Vidago, tendo em conta os comentários que têm surgido sobre o assunto. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que o

esclarecimento, acima, solicitado, pelo Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco Chaves de Melo, resulta, inequivocamente, de uma total desinformação provocada pelas redes sociais, sobre a matéria. -----

É sua opinião que a Empresa Municipal, em defesa do interesse público, deveria agir, judicialmente, contra as pessoas que têm publicado, nas redes sociais, comentários infundados, sobre a matéria. -----

Os tratamentos prescritos, no Balneário Pedagógico de Vidago, são de hidropinia, sendo as tomas de água efetuadas na fonte n.º 1, existe no Parque do "Vidago Palace". -----

No Balneário Pedagógico de Vidago são efetuados tratamentos complementares através de diferentes práticas utilizando água da rede pública. -----

São, ainda, realizadas, semanalmente, por laboratório acreditado, análises à qualidade da água. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

A matéria, em apreciação, deu origem a uma polémica, sobre uma questão de relevante interesse público. -----

Neste contexto, o Vereador Interveniente sugeriu a pública divulgação dos esclarecimentos, ora, prestados, pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a matéria, na página oficial da GEMC e da CMC de modo a evitar a ocorrência de especulação sobre os factos, em apreciação. -----

- Limpeza das Bermas das Estradas Municipais - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente, solicitou informação, sobre a limpeza das bermas das estradas municipais, tendo em conta a quantidade de vegetação existente, junto das mesmas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, prestado os seguintes esclarecimentos: -----

1 - O Município de Chaves, foi um dos poucos contemplados com a aprovação de uma candidatura para a constituição de equipa de sapadores florestais; -----

2 - Na presente data, os meios disponíveis, para a limpeza de bermas das estradas municipais são, manifestamente, insuficientes, tornando-se, para o efeito, necessária a aquisição de mais um trator, no entanto, e para a resolução atempada da situação iremos proceder à contratação de serviços por empresas especializadas. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo alertado para a necessidade de limpeza da vegetação, na Praça do Brasil, junto ao Ribelas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, prestado os seguintes esclarecimentos: -----

- O terreno, em causa, é de natureza privada, competindo ao seu proprietário proceder à sua limpeza. -----

I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 09 de junho de 2017. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. VOTO DE PESAR. PROPOSTA Nº 70/GAP/17. -----
 Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----
1 - Justificação -----
 Considerando o momento de grande infelicidade que se vive em Portugal, após o trágico incêndio que tem assolado o centro do país, especialmente o Município de Pedrógão Grande; -----
 Considerando que esta tragédia resultou na destruição de vidas, de uma forma impiedosa, causada por fenómeno da natureza, cujo combate, aéreo e terrestre, tem sido uma batalha difícil e inglória; -----
 Considerando que, nesta altura, o número de vítimas desta tragédia já ascende a 62 mortos e 62 feridos; -----
 Considerando o rasto de destruição associado e esta catástrofe, com grande parte do território municipal completamente destruído, nomeadamente, culturas, áreas verdes, habitações e vidas humanas interrompidas causando feridas inesquecíveis. -----
2 - Proposta -----
 Proponho ao Executivo Municipal a aprovação de um voto de pesar, pelas vítimas do incêndio que eclodiu no passado dia 17 de junho, endereçando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, em nome de toda a população flaviense, votos de solidariedade, nesta hora de pesar, para todos os portugueses. -----
 Chaves, 19 de junho de 2017 -----
 O Presidente da Câmara Municipal, -----
 (Arq. António Cabeleira) -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. ----
 Mais deliberou, o Executivo Municipal, manifestar a sua solidariedade e agradecimento, a todas as corporações de Bombeiros, que combateram de forma corajosa e determinada, o incêndio registado, em Pedrógão Grande, o qual eclodiu, no passado dia 17 de junho. -----

2.2. PROPOSTA DE CONCESSÃO DE CONDECORAÇÕES MUNICIPAIS, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DO DIA DO MUNICÍPIO, NO PRÓXIMO DIA 8 DE JULHO. PROPOSTA Nº 69/GAP/17. -----
 Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----
I - Da Exposição de Motivos-----
 De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, aprovado em reunião ordinária de Assembleia Municipal de vinte e oito

de abril de 1992, as medalhas municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feitos cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções.-----

Ainda nos termos do aludido regulamento, artigo 2º, "as medalhas municipais são cinco, assim designadas: de **Honra**, de **Mérito**, de **Valor e Altruísmo**, de **Bons Serviços**, de **Dedicação**".-----

Neste contexto, a medalha Municipal de **Mérito** destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Município, quer pela divulgação dos seus valores, quer pelo superior exercício de funções autárquicas, quer por se haverem notabilizado em qualquer ramo das ciências, da cultura, desporto ou no exercício de qualquer outra atividade. -----

A medalha Municipal de **Dedicação** destina-se a galardoar os funcionários do Município que, cumprindo determinado período da sua carreira, tenham revelado no exercício do seu cargo, assiduidade, exemplar comportamento e reconhecida dedicação". -----

Da Proposta-----

De acordo com o consignado no Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal o seguinte:-----

- a) Que por ocasião da Comemoração do Dia do Município, no próximo dia 8 de julho de 2017, sejam concedidas, nos termos do supra citado Regulamento das Condecorações Municipais, as seguintes medalhas:-----

MEDALHA DE MÉRITO - GRAU OURO -----

AMÂNDIO ANES DE AZEVEDO, pelos serviços prestados como político português, tendo ocupado o cargo de Ministro do Trabalho e Segurança Social, no IX Governo Constitucional.-----

Natural de Faiões, concelho de Chaves, nasceu a 24 de agosto de 1928, licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1953, concluindo em 1954 o Curso Complementar de Ciências Jurídicas pela Universidade de Coimbra, equiparado a mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais.-----

1954-1955: Chefe de Secção da Direção Geral de Assistência;-----

1955-1956: Secretário da Universidade de Lisboa;-----

1956-1961: Inspetor da Direção Geral dos Serviços Prisionais, encarregado de reorganizar e dirigir os Serviços Sociais das Prisões;

1961-1969: Encarregado de Curso da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde regeu a cadeira de Direito Comercial e os cursos semestrais de Obrigações e Direito Fiscal;-----

1969-1983: Advogado no Porto;-----

1974-1975: Professor na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica;-----

Atividade político-partidária-----

1972 - Presidente do Conselho Coordenador da SEDES do Porto;-----

1974 - Presidente do Conselho Coordenador do PPD do Porto;-----

1975 - Vice-Presidente da Comissão Política Distrital do PPD do Porto;

1975-1979 - Membro da Comissão Política Nacional do PPD- PSD;-----

1978 - Presidente da Comissão Política Distrital do PSD do Porto;----

1979 - Secretário Geral do PSD;-----

1980 - Membro do Conselho Nacional;-----

1981 - Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD;-----

1983 - Membro da Comissão Permanente Nacional do PSD;-----

1983 - 2.º Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD;-----

1984 - 1.º Vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD;-----

2008 - Presidente da Mesa da Assembleia da Secção do Porto do PSD;---

Atividade Parlamentar:-----

1975-1976: Deputado à Assembleia Constituinte;-----

1976-1987: Deputado à Assembleia da República;-----

1981-1983: Vice-Presidente da Assembleia da República;-----

1979-1987: Membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde desempenhou as funções de Chefe da Delegação de Portugal, Presidente do Grupo Misto dos Parlamentares do Conselho da Europa e Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;-----

1993-1997: Membro da Assembleia Municipal de Chaves;-----

2005-2013: Membro da Assembleia Municipal do Porto;-----

Atividade Governamental:-----

1976-1976: Secretário de Estado dos Retornados;-----

1983-1985: Ministro do Trabalho e da Segurança Social;-----

Atividade no Conselho de Estado:-----

1985-1987: Membro do Conselho de Estado eleito pela Assembleia da República;-----

Atividade Diplomática:-----

1987-1992: Embaixador Chefe da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil (Brasília);-----

Publicações:-----

1970- O direito de preferência dos acionistas na subscrição de novas ações emitidas pela sociedade;-----

1974 - Sindicatos de voto;-----

Condecorações:-----

1989 com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito Judiciário do Trabalho (Brasil);

1991 - Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (Brasil);-----

1993 - Grande Oficial da Ordem de Mérito (Portugal);-----

Foi agraciado, em 2008, com a atribuição da Medalha de Mérito, Grau Ouro, na cidade do Porto.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIDAGO Pelos 50 anos de relevantes e extraordinários serviços prestados ao concelho e região do Alto Tâmega, no domínio da defesa de vidas e bens das populações.-----

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago, está ao serviço das populações, desde 15 de setembro de 1967.-----

Era uma aspiração antiga dos Vidaguenses, fundar um Corpo de Bombeiros conforme consta nas atas da Junta de Freguesia da Vila de Vidago, datadas de 12 de dezembro de 1932.-----

Em 2 de agosto de 1934, chegou finalmente a Vidago uma bomba de incêndios, cuja notícia foi amplamente divulgada pelo jornal "O Comércio de Chaves".-----

Mas, só em março de 1967, decorridos que foram 32 anos e após a calamidade, com o incêndio que deflagrou e destruiu o Hotel do Golf, finalmente em 15 de setembro de 1967, foram aprovados os Estatutos pelo então Governador Civil de Vila Real que, deram assim origem à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago.-----

A primeira viatura Land Rover, para combate a incêndios chegou a Vidago no dia 16 de setembro de 1968 às 16 horas, foi recebida pela população em frente à pensão termas e custou 220.000,00 escudos.-----

A primeira ambulância usada, marca Skoda foi oferecida generosamente pelos Bombeiros Voluntários de Leixões. A primeira ambulância nova adquirida, viatura marca Peugeot 404, em 27 de julho de 1972, custou 127.500,00 escudos.-----

O Corpo de Bombeiros de Vidago, é uma unidade operacional tecnicamente preparada e equipada para o cabal exercício de várias missões:-----

- O socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;-----

- O socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar; -----

- A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;-----

O Corpo de Bombeiros Voluntários de Vidago, desenvolve a sua atividade em 7 freguesias, a sul do concelho de Chaves, Distrito de Vila Real. num total de 26 povoações, prestando socorro onde for solicitado pela Proteção Civil.-----

Nos 100.27 Km² que constituem a área de atuação própria, residem cerca de 5.300 habitantes, numa área onde predomina a floresta, mas onde já vão existindo algumas estruturas comerciais e industriais, além de ser atravessada por uma vasta rede viária, como por exemplo a A 24, a EN 2, e várias estradas nacionais e municipais. -----

Condecorada com a medalha de Grau Prata 2 estrelas da Liga dos Bombeiros Portugueses de 03 de maio de 1977;-----

Condecorada com a medalha de Ouro da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas de 06 de maio de 1980;-----

Condecorada com a medalha de Valor e Altruísmo - Grau Prata pela Câmara Municipal de Chaves, em 24 de janeiro de 1993;-----

Diploma de Honra e Distinção pelo Serviço Nacional de Bombeiro e Liga dos Bombeiros Portugueses, em 01 de novembro de 1995;-----

Condecorada com a medalha de Prata da Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real, em 13 de maio de 2001;-----

Condecorada com a medalha de Valor e Altruísmo- Grau Ouro pela Câmara Municipal de Chaves, em 07 de julho de 2001;-----

Condecorada com a medalha de Grau Ouro Serviços Distintos da Liga dos Bombeiros Portugueses de 19 de janeiro de 2008;-----

Medalha de mérito de Proteção e Socorro, de Grau Prata e distintivo azul, concedida pela Ministra da Administração Interna a 6 de março de 2017, reconhecendo o exemplar percurso da sua existência ao serviço da comunidade e da proteção e socorro das populações com uma atuação sempre caracterizada, pelo heroísmo, pela abnegação e pela solidariedade para com o próximo.-----

CARLOS MAGNO CASTANHEIRA, pelos relevantes serviços prestados na promoção de Chaves e seu território.-----

Nasceu em Nuzêdo, concelho de Vinhais, em setembro de 1955. Frequentou o Liceu Nacional de Chaves e instalou-se no Porto em 1973. É licenciado em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo do Porto. Frequentou os cursos de Filologia Germânica e Línguas e Literaturas Modernas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.-----

Especializou-se em Filosofia da Comunicação e é professor desta área no Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM), em Lisboa, além de docente convidado na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, em Braga.-----

Foi docente das cadeiras de Jornalismo e Literatura, Jornalismo Contemporâneo e Jornalismo Radiofónico, na Escola Superior de Jornalismo do Porto. -----

Lecionou as disciplinas de Teorias da Comunicação, no ISAG do Porto, e de Cultura Portuguesa, no Instituto Superior Miguel Torga. Foi, ainda, responsável pelas cadeiras de Comunicação e Imagem no MBA do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (IESF) onde dirigiu um Programa Avançado de Management para executivos de topo.-

O seu percurso no jornalismo iniciou-se na Rádio Universidade. Já na RDP, veio a especializar-se em política, enquanto repórter. Nos anos

que se seguiram, assumiu o cargo de Diretor-Adjunto de Informação da Antena 1, foi Editor do Expresso, no Porto, durante 10 anos, e, também no Porto, veio a fundar a TSF. Nessa estação, desempenhou as funções de Administrador e de Diretor e dedicou-se, durante uma década, à análise política quase diária, ao programa Freud&Maquiavel, e à equipa de entrevistadores do Grande Júri. Esteve também na Direção do Diário de Notícias e fundou o canal de televisão por cabo que deu origem à RTP1.-----

Nos últimos anos, fez comentário político na RTP e teve dois programas semanais de rádio na Antena 1.-----

É autor do livro «O Poder visto do Porto».-----

É Presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, desde 9 de novembro de 2011.-----

MARIA ASSUNÇÃO ESTEVES, pelos relevantes serviços prestados na promoção de Chaves e seu território.-----

Nasceu em 15 de outubro de 1956, em Valpaços, Vila-Real. Estudou no Liceu Nacional de Chaves. Licenciada em Direito (1980) e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1989). -----

Foi assistente no Instituto Superior de Economia e depois na Faculdade de Direito de Lisboa. Bolseira do DAAD e da Fundação Konrad-Adenauer na República Federal da Alemanha. -----

Deputada à Assembleia da República na V Legislatura (membro da Comissão de Revisão Constitucional de 1989). Juiz do Tribunal Constitucional (1989-1997). Jurisconsulto. Membro da Sociedade Portuguesa de Filosofia. -----

Deputada à Assembleia da República na IX Legislatura (Presidente da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias). Membro da Comissão para a Democracia pelo Direito (a chamada Comissão de Veneza) do Conselho da Europa. -----

Deputada ao Parlamento Europeu (2004-2009): Membro das Comissões de Assuntos Constitucionais, da Justiça e de Direitos Humanos, do Parlamento Europeu. Membro do Grupo Especial do PPE para o Tratado de Lisboa. -----

Membro da Delegação do Parlamento Europeu para as relações UE- Rússia. Membro do Grupo de Federalistas do Parlamento Europeu. Presidente do Movimento Europeu Portugal. -----

Membro em órgãos vários do Partido Social Democrata. Presidente da Assembleia de Freguesia dos Prazeres. -----

Deputada à Assembleia da República na XII Legislatura (Presidente da Assembleia da República). Conselheira de Estado. Autora de publicações académicas e artigos de intervenção, designadamente, *A Constitucionalização do Direito de Resistência*, AAFDL, 1989; *Estudos de Direito Constitucional*, Coimbra Editora, 2001; *O Tratado de Lisboa, Prefácio e consolidação*, Edições Cosmos, 2008; artigos vários em jornais, Expresso, Público, Diário de Notícias, European Voice. Grã-Cruz da Ordem de Cristo. -----

RUI CARLOS PEREIRA, pelos relevantes serviços prestados na promoção de Chaves e seu território.-----

É licenciado em Direito e mestre em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa, onde regeu as disciplinas de Direito Penal e Processual Penal e foi membro do Conselho Pedagógico. Foi também professor convidado na Faculdade de Direito da Universidade Nova e na Universidade Lusíada.-----

Foi membro dos corpos sociais da Sociedade Portuguesa de Filosofia e dos Conselhos de Redação das Revistas Portuguesa de Ciências Criminais e da Faculdade de Direito de Lisboa.-----

Como advogado, dirigiu o Departamento de Contencioso do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.-----
 Foi Diretor-Geral do Serviço de Informações de Segurança.-----
 Participou, entre outras, em revisões dos Códigos Penal e de Processo Penal e foi Coordenador da Unidade de Missão para a Reforma Penal. --
 Foi Secretário de Estado da Administração Interna no XIV Governo Constitucional.-----
 Foi membro do Conselho Superior do Ministério Público.-----
 Foi juiz e, anteriormente, assessor do Tribunal Constitucional.-----
 Foi Ministro da Administração Interna nos XVII e XVIII Governos Constitucionais.-----
 Presidiu ao Conselho JAI (Ministros da Administração Interna da União Europeia) no segundo semestre de 2007.-----
 Foi fundador e primeiro presidente do OSCOT (Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo) e da revista Segurança de Defesa.-----
 Foi membro do Conselho Fiscal do Sport Lisboa e Benfica e é membro do Conselho Fiscal da Fundação Benfica.-----
 É presidente da Assembleia-Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros de Carnaxide.-----
 É presidente da Associação "100 Violência" e presidente do Conselho de Fundadores da Academia de Música da Flor da Murta.-----
 É autor de artigos e monografias sobre temas de Direito e Segurança. É comentador de matérias de Direito e Segurança na comunicação social. É professor convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e no Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, pertencendo aos respetivos Conselhos de Escola.-----
 Foi condecorado, em Portugal, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante Dom Henrique e a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, do Concelho de Oeiras e, no estrangeiro, com a Grã-Cruz da Ordem Real da Estrela Polar do Reino da Suécia, a Grã-Cruz da Ordem do Grão Duque Gediminas da República da Lituânia, a Ordem de Mérito da República da Eslovénia, a Ordem de Mérito da República da Malta e a Ordem de Mérito da República da Polónia.-----

MEDALHA DE MÉRITO - GRAU PRATA -----

ALBERTO ASSENÇÃO MENDONÇA, a título póstumo, pelo contributo dado ao desporto, ao longo da sua atividade docente, como professor de educação física e formador de atletas, em atividades de pavilhão.-----
 Natural de Mombaça, Quénia, nasceu a 25 de maio de 1933, falecendo em 2017, em Chaves.-----

Licenciou-se em 1960 em Educação Física, pelo Instituto Nacional de Educação Física.-----

1960/1961 - Exerceu funções no Liceu Nacional de Afonso de Albuquerque, em Goa (Estado Português da Índia);-----

1962 - Foi professor de Serviço Eventual do Liceu Nacional de Oeiras e Professor de Educação Física no Instituto Branco Rodrigues, a convite da Santa Casa da Misericórdia;-----

- Exerceu funções como professor contratado no Liceu Nacional de Chaves, assumindo também o cargo de Diretor das Instalações de Desenho e Trabalhos Manuais;-----

1972 - Nomeado Professor de Educação Física na Escola do Magistério Primário de Chaves, durante 3 anos;-----

1972/1973 - Exerceu funções como Secretário Técnico e Preparador Físico do Grupo Desportivo de Chaves, ano em que o clube ascendeu da 3ª para a 2ª Divisão;-----

- Nomeado Sub-Delegado do Desporto Juvenil não Federado no Distrito de Vila Real;-----

1973 - Nomeado Professor Delegado de Educação Física no Liceu Nacional de Chaves;-----

- Nomeado Coordenador Geral do Centro de Juventude de Chaves;

1973/1974 - Desempenhou funções como Preparador Físico na Associação Desportiva Flaviense, ano em que o Clube ascendeu da 2ª à 1ª Divisão Regional;-----

- Destacado em tempo de regime parcial para a Coordenação local das Atividades Pedagógicas de Educação Física nos ensinos Primário, Preparatório e Secundário, por um período de três anos;-----

1974 - Nomeado Sub-Diretor do Centro de Atividades Circum-Escolares do Liceu Nacional de Chaves;-----

- Nomeado Vogal de 1ª Comissão de Gestão e Vogal do Conselho Pedagógico do Liceu Nacional de Chaves;-----

1974/1975 - Diretor da Secção de Voleibol do Grupo Desportivo de Chaves;-----

1972 a 1992 - Destacado como Técnico para a Direção Geral dos Desportos;-----

- Presidente da CORAD (Comissão Regional das Atividades Desportivas;

- Responsável como Técnico na área da Recreação, no distrito de Vila Real;-----

1981 - Fez parte da Comissão Coordenadora local do Torneio Internacional de Voleibol de Juniores em Chaves;-----

1983 - Presidente da Comissão Organizadora do 1º Encontro de Pista - Cidade de Chaves com a presença da atleta Rosa Mota;-----

1987/1988 - Diretor do Departamento das Atividades Amadoras do Grupo Desportivo de Chaves;-----

1988 - Presidente do Conselho Fiscal das Associações Regionais de Atletismo, Ginástica, Natação e Basquetebol;-----

1996/1998 - Presidente da Associação Regional de Ténis de Vila Real;

1989 - Condecorado pela Câmara Municipal de Chaves com a Medalha de Bons Serviços, Grau Prata, na área do desporto;-----

- Condecorado pelo Ministro da Educação com a Medalha de Bons Serviços, na área do desporto;-----

1992 - Homenageado pelo Ténis Clube de Chaves;-----

1997 - Homenageado pelo Grupo Desportivo de Chaves;-----

1998 - Aclamado por unanimidade e distinção em Assembleia Geral como Diretor Honorário de Mérito do Grupo Desportivo de Chaves;-----

Frequentou vários cursos na área da Recreação, com especialistas nacionais e internacionais, nas vertentes de Orientação; Cicloturismo; Deficientes; Idosos; Jogos Tradicionais;-----

Foi formador em diversos cursos de educação física no ensino primário, participando em sessões de esclarecimento desportivo em mais de duas dezenas de ações direcionadas a animadores desportivos;-----
Aposentou-se em 1997.-----

A.S. METAIS FABRICO E LACAGEM, LDA., distinguindo-se no setor empresarial flaviense, pelo contributo para o desenvolvimento local, para o reforço e inovação do tecido económico do Município. -----

A A.S. METAIS FABRICO E LACAGEM, Lda., sedeadada em Loivos, teve a sua génese em 1980 na empresa "ALUMINEX", fundada pelo atual sócio gerente da A.S. Metais, Senhor Arnaldo Serafim.-----

Em 1997, o Senhor Arnaldo Serafim fundou a A.S. METAIS e em 2000 cessou a "ALUMINEX". -----

Com os anos a A.S. METAIS foi crescendo e progressivamente alargou a sua intervenção no mercado. -----

Atualmente o seu principal ramo de atividade é o Tratamento e Revestimento de Metais e a comercialização de produtos, tendo também

como atividade residual o fabrico e montagem de caixilharia de alumínio. -----

Apostando na modernização da empresa a gerência foi ao longo dos anos modernizando as suas infraestruturas e equipamentos de modo a aumentar a diversidade de produtos e serviços a prestar. A empresa dispõe ainda de um Laboratório para garantir a qualidade dos seus produtos. -----

A A.S. Metais está atualmente instalada numa plataforma industrial com cerca de 10.000m² cobertos. A visão da Empresa tem sido desenvolver as potencialidades que o alumínio oferece para as mais diversas aplicações. O alumínio é um material 100% reciclável, com propriedades únicas que permitem a sua aplicação em diversas indústrias e que deve ser trabalhado com base na eficiência energética e ambiental.-----

A Missão da empresa é ser uma referência do setor no mercado nacional no âmbito de tratamentos de superfície e serviços complementares à indústria, fornecendo aos seus clientes soluções que satisfaçam as suas necessidades, da forma mais eficiente e sustentável, motivo pelo qual a empresa tem uma forte aposta na Qualidade, Ambiente, Inovação e nos Recursos Humanos.-----

Os valores da empresa assentam na ambição, rigor, honestidade, de forma a ganhar, manter e preservar a confiança dos seus parceiros. Compromisso com a comunidade, cuidando do presente e do futuro, com crescente preocupação com as boas práticas ambientais e com atitudes socialmente responsáveis.-----

Orientação para o mercado, antecipando as reais necessidades dos seus parceiros, promovendo a sua satisfação e fidelização.-----

Inovação e Qualidade, desenvolver produtos e serviços e soluções de qualidade, que acrescentem valor a cada um dos clientes, com base na sua capacidade tecnológica e nas parcerias que dispõe com diversos centros de investigação tecnológica.-----

Motivação dos Recursos Humanos (47 colaboradores, dos quais 6 licenciados), criando condições para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os colaboradores.-----

DANIEL JOSÉ FERNANDES PINHEIRO, distinguindo-se como empresário flaviense de sucesso, contribuindo para o desenvolvimento local, reforço e inovação do tecido económico do Município. -----

Daniel Pinheiro, nascido em Chaves, no seio de uma família com fortes raízes empresariais, desde cedo acompanhou de perto a vivência e ensinamentos dos seus Avós, comerciantes e do seu Pai, um grande comerciante desta cidade.-----

Já numa época diferente, o seu percurso estudantil passou pelo Colégio de Casas dos Montes e pelas Escolas Secundárias Júlio Martins e Fernão Magalhães.-----

Prosseguiu com a sua vida académica na Universidade, na cidade do Porto, frequentando Direito, até ao quarto ano. Voltou a Chaves, sendo o braço direito do seu Pai. É casado com a Sra. Dra. Lígia Cunha, têm três filhos em comum. A Carolina, a Laura e o Francisco.-----

No ano de 1991 inicia a sua própria carreira empresarial. Continuando com o apoio e a confiança do Pai nos seus negócios.-----

Cria a empresa Eldece-Importação, Exportação e Comercialização de Roupas e Acessórios, Lda., que desde o seu início em julho de 1991 até aos dias de hoje é uma empresa de sucesso, graças à sua herança genética e sem dúvida, à sua visão e entrega pessoal nos projetos a que se propõe.-----

Com um breve histórico, revisitamos vinte e seis anos de sucesso empresarial deste flaviense.-----

Em setembro de 1991, após estudos e negociações é dada autorização da marca italiana de roupas United Colors of Benetton para abrir em

Chaves, em regime de exclusividade a loja de roupa para adulto, na Rua de Santo António, 48.-----

Sempre em regime de exclusividade e de franchising, em junho de 1993 abre nova loja em Bragança, na Rua Alexandre Herculano, 28, para adulto.-----

Sabendo da procura no mercado, investe na linha completa de artigos para crianças dos 0 aos 12 anos de idade, a "Zerododici of Benetton." que comercializa na loja de Bragança.-----

Em 1996, confirmando o sucesso da linha Zerododici of Benetton, abre na Rua de Santo António, 63 a loja para crianças.-----

Com a consolidação da empresa e sob nova gerência, como sócio maioritário, em 1997 alarga o seu negócio a Vila Real, comprando a loja ao seu Marter Franchising.-----

Em 1998 agrega as duas lojas de Chaves, adulto e de criança, num só espaço e abre a mega-loja na Rua de Santo António, 94, no Palacete Botelho (antigo Café Comercial).-----

As duas lojas de adulto e criança, que ficaram disponíveis, são remodeladas e abertas, uma com a marca Sisley, uma marca igualmente registada, da Benetton Itália. Na outra loja, inova e abre a Sapataria Patela com novas marcas do mercado nacional e internacional. Em junho 2001 remodela-se a loja de Bragança, ficando com a marca Zerododici e por arrendamento, abre nova loja com Benetton adulto, também na Rua Alexandre Herculano, 17.-----

Em 2003 e na cidade de Vila Real, a empresa comprou um imóvel histórico de três andares na Avenida Carvalho Araújo, onde, desde setembro de 2004, está aberta ao público a Mega Store Benetton.-----

A empresa liderada pelo Sr. Daniel Pinheiro, continuou a expandir, desta vez no Centro Comercial Vivaci na cidade da Guarda, em setembro de 2008.-----

Com o investimento pessoal, o Palacete Botelho na Rua de Santo António, dá lugar, no rés do chão à abertura de nova e moderna loja com a marca Sisley.-----

No primeiro andar do Palacete, foi aberto um outlet para escoamento de todos os stocks das marcas autorizadas.-----

No ano 2008, toma em arrendamento ao Master Franchising a loja United Colors of Benetton, na cidade de Vila Nova de Famalicão, com sucesso continuado.-----

Em 2013, sucede-se a abertura de nova loja Benetton no Centro Comercial Sonae Sierra, na Covilhã. É a vez, em 2014, de nova abertura da loja Benetton em Espinho.-----

Em 2015, de arrendamento, abriu a loja Benetton na cidade de Mirandela. Este ano, foi a vez de, na cidade de Braga, abrir a loja Sisley, na zona histórica da cidade. Ainda este ano, a 28 de julho, abrirá ao público a nova loja, da marca Calzedonia. No seu todo são quinze lojas abertas ao público, que dão trabalho a cinquenta trabalhadores.-----

EDUARDO GUERRA CARNEIRO, a título póstumo, pelos relevantes serviços prestados na promoção de Chaves e seu território, sobretudo na área literária.-----

Jornalista e escritor português, Eduardo Guerra Carneiro nasceu em Chaves a 4 de outubro de 1942, falecendo em Lisboa a 2 de janeiro de 2004. Frequentou o curso de História da Faculdade de Letras do Porto. Ainda muito jovem, fez parte, junto com António Cabral, Eurico Figueiredo, José Vasconcelos Viana e Nuno Barreto, entre outros, do movimento "Setentrião" de Vila Real, tendo sido co-fundador da revista com o mesmo nome. Publicou o seu primeiro livro de poesia em 1961, O Perfil da Estátua, seguindo-se muitos outros de poesia e de crónicas, tais como: Isto Anda Tudo Ligado (poesia, 1970); É assim que se Faz a

História (1973), Damas de Copas (1981), Contra a Corrente (1988), Profissão de Fé (1990), Lixo (1993), Outras Fitas, (1999) e A Noiva das Astúrias (2001). A sua produção literária manifesta-se, inicialmente, no surrealismo e, mais tarde, num lirismo neorromântico. Como jornalista, exerceu, desde o final dos anos 60, a sua profissão em vários órgãos de informação, como o *Primeiro de Janeiro*, *Diário Popular*, *O Século*, *República*, *Se7*, entre outros, e em diversos programas de rádio, como "As Noites Longas do FM Estéreo".

Em 1975 foi cooperante na República Popular da Guiné Bissau onde fundou o jornal *Nô Pintcha*, ainda hoje o periódico de referência daquele país africano.-----

Foi um destacado cultor da crónica jornalística. Distinguido, duas vezes, com o prémio Júlio César Machado que prestigia os melhores textos sobre Lisboa, na imprensa diária. -----

Eduardo Guerra Carneiro está representado em diversas antologias. Traduziu também várias obras literárias para português, como o romance de Edgar Allan Poe, *Aventuras de Arthur Gordon Pym*. -----

Colaborou em várias obras cinematográficas, como "Trás-os-Montes", de António Reis e "Jogo de Mão" de Monique Rutler, de que foi argumentista. O cantor Vitorino musicou o seu poema "Dama de Copas", incluído no disco "Flor de la Mar". Participou como ator no filme "Dina e Django" de Solveig Nordlund.-----

Sobre a sua poesia, escreveu Manuel João Gomes: «poesia em prosa, prosa de poeta incorrigível, melancólico, irónico, um tudo-nada romântico. Poesia às vezes jornalística, quotidiana e quotinocturna, em cima do acontecimento. Antes, durante e depois da ressaca. Confissões, recordações da terra natal, paisagens, retratos». -----

JOÃO MANUEL PEREIRA JUNQUEIRA, na categoria de mérito desportivo com reconhecida carreira desportiva e contributo para o progresso do Atletismo de competição, traduzido nos resultados relevantes a nível nacional e internacional.-----

Nasceu a 24 de junho de 1965, sendo natural de Chaves. Praticou atletismo desde os 15 aos 43 anos, 14 dos quais integrado no alto rendimento.-----

Representou vários Clubes, nomeadamente: GD Chaves (até1984), ANA (1985 e 1986), SC Salgueiros (1987), SL Benfica (1988 a 1990), Sporting CP (1991 a 1995), Maratona CP (1996 a 2002), Skoda MC (2003 e 2004) e Maratona CP (2005 a 2007).-----

- Atleta Olímpico em Barcelona 92; 21.º classificado nos 300m obstáculos;-----

- Em representação do Ginásio Clube de Chaves, obteve em 1985, o 4.º lugar no Campeonato Nacional de Juniores em 1500m;-----

- Campeão mundial militar em corta-mato, 1992 - Nigéria;-----

- 15.º Ranking mundial 10.000m, 1994;-----

- Recordista nacional em 4x1500m;-----

- Campeão de Portugal em 1500m (1994) e em 3000m Obstáculos (1991 e 1993);-----

- Medalha de Bronze coletiva no Campeonato Mundial de Corta-mato - Amorabieta 1993 e no Campeonato Mundial de Corta-mato - Belfast 1999;

- Medalha de Prata coletiva no Campeonato Europa de Corta-mato - Ferrara 1998;-----

- 6.º Classificado em 10.000m nos Campeonatos Europeus de Atletismo - Helsinquia1994;-----

- 1.º Classificado na Taça de Europa de Atletismo - 3000m Obstáculos, 1991, Viseu;-----

- 2.º Classificado na Taça da Europa de Atletismo - 5000m, 1994, Dublin;-----

- 3.º Classificado na Taça da Europa de Atletismo - 3000m, 1998, Budapest;-----
- 3.º Classificado na Taça da Europa de Atletismo - 3000m Obstáculos, 2000, Oslo;-----
- 3.º Classificado na Taça dos Clubes campeões Europeus de Corta mato, 1993;-----
- 1.º Classificado na Taça dos Clubes campeões Europeus de Pista - 3000m Obstáculos - 1990, Belgrado;-----
- 2.º Classificado no Westatletic - 3000m Obstáculos - 1992, Bruxelas;
- 1.º Classificado no Triangular Portugal, Espanha e Itália - 5000m, Corunha 1988;-----
- Vice-campeão Ibérico de 10.000m - 1994, Braga;-----
- Vencedor do Crosse Internacional de Volvic (França) em 1987 e 1989;--
- Vencedor do Crosse Internacional D´Allones (França) em 1993;-----
- Vencedor da Meia Maratona Internacional de Rolde (Holanda), 2005;--
- Vencedor da São Silvestre da Amadora, 1992 com Recorde do percurso;
- 4º Classificado nos Campeonatos Ibero-americanos de Atletismo - 3000m Obstáculos, 1998, Lisboa;-----
- 4 Vezes Campeão nacional de Corta-mato, Coletivamente (1993, 1998, 1999 e 2000);-----
- 4 Vezes Campeão europeu de Corta-mato Coletivamente (1992, 1993, 1997 e 1998);-----
- 2.º Classificado no Meeting de Cracóvia (Checoslováquia), 1989;----
- 2.º Classificado no Meeting de Varsóvia (Polónia), 1989;-----
- 2.º Classificado no meeting de Saint-Denis (França), 1990;-----
- 2.º Classificado no Troféu Jean Boin - Barcelona, 1992;-----
- 2.º Classificado no Meeting de Pontevedra (Espanha), 1993;-----
- 1.º Classificado no Meeting de Vitoria (Espanha), 1992;-----
- Várias vezes campeão regional de Lisboa;-----
- Várias vezes vencedor do Campeonato da I Divisão Clubes;-----
- 29 Internacionalizações civis;-----
- 17 Internacionalizações militares.-----

Prémios e condecorações-----

- Condecorado com a "The Double Gold Star of Sports Merit" pelo Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), 28 de fevereiro de 2002;-----
- Homenageado pela Federação Portuguesa de Atletismo "Em reconhecimento pela notável carreira desportiva e contributo para o progresso do Atletismo Nacional", 29 de julho de 2007;-----
- Prémio Fundação do Desporto em 1997, 1998 e em 1999;-----
- Homenageado pela Câmara Municipal de Sintra por resultados relevantes, 17 de setembro de 2009;-----
- Prémio Stomp 1994;-----
- Revelação do ano Revista Atletismo 1987;-----
- Troféu Gandula, Gazeta dos Desportos 1992;-----

Recordes Pessoais-----

- 3000m - 7.47:44, 5000 - 13.22:3, 10000m - 27.53:74 e 3000mOb - 8.25:66.-----

RICARDO ALBERTO PIRES REBELO, pelas elevadas qualidades pessoais e capacidades profissionais reveladas no desempenho de todas as missões e funções atribuídas e desempenhadas com dedicação, profissionalismo e competência ao longo dos 11 anos de serviço efetivo, desde o posto de estagiário a Oficial Bombeiro de 2ª.-----

O Presidente dos Bombeiros de Salvação Pública de Chaves apresenta o Oficial Bombeiro Ricardo Rebelo para condecoração pela boa prestação de serviços em prol dos munícipes do concelho de Chaves. É considerado

como um profissional empenhado, competente e eficaz, merecendo o reconhecimento dos seus superiores hierárquicos. -----
 Não obstante a complexidade das matérias sob responsabilidade do Corpo de Bombeiros, conseguiu sempre obter os conhecimentos necessários para atuar de forma consolidada, mostrando elevado bom senso e capacidade de discernimento para liderar com a área da saúde, incêndios urbanos e florestais, ou seja, na proteção de pessoas e bens, através das várias formações tidas.-----

Foi distinguido com 1 Louvor e 1 Condecoração, respetivamente em 10/06/2017 e 07/06/2011, pela Corporação que representa.-----

MEDALHA DE MÉRITO - GRAU COBRE -----

DIOGO DANIEL PINTO BRÁS - Pelo trabalho, dedicação e empenho desenvolvido na área desportiva, nomeadamente como jogador de futebol, com protagonismo a nível nacional e internacional.-----

Nasceu a 16 de março de 2000, sendo natural de Chaves.-----

2008 - Ingressou como jogador em formação, no Grupo Desportivo de Chaves;-----

Campeão de Corta Mato Escolar, pela Escola Nadir Afonso;-----

2009/2010 - Campeão Distrital "Infantis", pelo Grupo Desportivo de Chaves;-----

Campeão de Corta Mato Escolar, pela Escola Nadir Afonso;-----

Participou em torneios Internacionais pelo S. C. Portugal;-----

2010 - Campeão Distrital de Corta Mato;-----

2011 - Campeão de Corta Mato Escolar, pela Escola Nadir Afonso;-----

Campeão de Mega Corta Mato Distrital;-----

2011/2012 - Participou em Torneios de futebol, pelo Real Madrid;----

2012 - Integrou a Sporting Clube de Portugal;-----

2012/2013 - **2013/2014** - Foi Campeão de Infantis, no Campeonato Distrital de Lisboa;-----

2014 - Integrou a Seleção Distrital de Lisboa;-----

2014/2015 - Foi campeão Nacional de Iniciados;-----

2015/2017 - Jogou na Seleção Portuguesa Sub15/16/17 anos;-----

2015/2017 - Foi Campeão Nacional de juvenis;-----

MARGARIDA SANTOS DE CARVALHO, pelo trabalho, dedicação e empenho demonstrado na expressão artística, através da dança, com excelentes prestações obtidas em competições nacionais e internacionais.-----

Margarida Santos de Carvalho, nasceu a 22 de outubro de 1999, em Chaves. Aos 5 anos começou a frequentar a Academia de Música e Ballet Mozart, na disciplina de Ballet Clássico, onde efetuou os exames de ballet da Royal Academy of Dance até ao grau 5, sob a orientação da professora Diana Sá Carneiro. Em 2009, começou a frequentar na Academia de Artes de Chaves o ensino articulado em piano, nesta instituição estudou paralelamente canto lírico e teatro, e fez também parte do elenco dos musicais: Annie (Jully), Godspell, Rei Leão (Rafiki), Pequena Sereia (Ariel), Wicked (Elphaba); com a produtora INDIEROR participou no musical O Despertar da Primavera (Ilse). -----
 Em 2014, com 14 anos, mudou-se para Braga, para poder fazer dança clássica e dança contemporânea como estudo intensivo, na Ent'Artes - Escola de Dança. -----

Desde 2014 que Margarida Carvalho participa em diversas competições, nacionais e internacionais, podendo destacar-se as seguintes: -----

- Summer Course Royal Academy of Dance (2012 - Londres): Prémio Melhor Bailarina;-----

- Festival Norte Dança (2014 - Porto): 2º Lugar (Trio Contemporâneo);

- Youth America Grand Prix (2015 - Paris): Semi-Final;-----

- Leiria Dance Competition (2016 - Leiria): 1º Lugar (Solo Clássico); 1º Lugar (Solo Contemporâneo); 2º Lugar (Solo Clássico); 3º Lugar (Solo Contemporâneo);-----
- Dance World Cup (2016 - Jersey) - Final;-----
- Youth America Grand Prix (2016 - Paris): Semi-Final;-----
- Dance World Cup (2017 - Figueira da Foz I Semi-Final): 2º Lugar (Solo Jazz); 3º Lugar (Grupo Jazz); 3º Lugar (Dueto de Contemporâneo);
- Youth America Grand Prix (2017 - Nova Iorque): Final;-----
- Leiria Dance Competition (2017 - Figueira da Foz): 3º Lugar (Solo de Clássico); 3º Lugar (Solo de Contemporâneo); 3º Lugar (Dueto de Contemporâneo); 2º Lugar (Grupo de Contemporâneo); 2º Lugar (Grupo Jazz);-----
- Concurso Internacional de Bailado (2017 - Porto): Finalista - Solista de Clássico e Contemporâneo;-----
- Dance World Cup (2017 - Alemanha): Final -----

Com apenas 17 anos, Margarida apresentou as suas duas primeiras criações coreográficas em competição, alcançando um total de três 1º Lugares, um 2º Lugar e um 3º Lugar, tendo sido uma delas apurada para representar Portugal na final da Taça do Mundo, em 2017, na Alemanha. Enquanto aluna da Ent'Artes - Escola de Dança, Margarida trabalha diariamente com professores de várias áreas: Patricia Fiorucci (Venezuela - Ballet Clássico e Repertório), Manuel Sanz (Barcelona - Dança Contemporânea e Ballet Clássico), Márcia Ferreira (Jazz) e Diana Sá Carneiro (Ballet Clássico); participa frequentemente em Masterclasses com professores de renome: Maria Luisa Carles (Mestre de Bailado da Companhia Nacional de Bailado), Fernando Duarte (Mestre de Bailado da Companhia Nacional de Bailado), Solange Melo (Bailarina Principal da Companhia Nacional de Bailado), Daniel Cardoso (Diretor da Companhia QUORUM), entre outros com quem tem e teve a possibilidade de trabalhar em todos as competições e em escolas onde foi bolseira (2016 - Bolseira do Conservatório Internacional de Dança, Leiria). Atualmente, Margarida encontra-se a terminar o ensino secundário e terminou neste ano letivo o penúltimo grau vocacional (Advanced 2) da Royal Academy of Dance. -----

MEDALHA DE DEDICAÇÃO - GRAU OURO, à funcionária da Câmara Municipal de Chaves, MARIA DE FÁTIMA FERREIRA MARQUES CAEIRO por ter atingido 25 anos completos de serviço efetivo, com competência e zelo:-----
Paços do Concelho de Chaves, 19 de junho de 2017.-----
O Presidente da Câmara Municipal -----
(Arqº António Cabeleira) -----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 6 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS NA SEQUÊNCIA DE ACIDENTE DE VIAÇÃO; REQ: COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.. INF 112/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência de requerimento datado do dia 19/11/2016, a Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves que proceda ao reembolso do valor de €5.031,7, referente à regularização dos danos do veículo identificado com a matrícula 07-PQ-46, assumidos pela requerente ao abrigo da cobertura de danos próprios. -----

2. Através de deliberação tomada pelo órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, a qual recaiu sobre a Informação n.º 83/DAF/2017, produzida por estes serviços no dia 17 de abril, veio a ser praticada decisão consubstanciada na intenção de indeferimento da pretensão formulada, com base nas razões exaradas na retromencionada informação. -----

3. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito supra enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguintes estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação nº 83/DAF/2017, produzida por estes serviços, no dia 17 de abril de 2017; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Sr. João Neves. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 07 de junho de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 07.06.2017 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à

adoção de deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, de acordo com as razões exaradas nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.06.09 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/09.

A reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: HOTÉIS PREMIUM LDA. INF. 113/DAF/17. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito pela empresa "Hoteis Premium, Lda", NIF 509277160, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 5815, datado do pretérito dia 30/05/2017, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização de pagamento em 36 prestações de uma dívida referente a faturas emitidas a título consumos de água e que não foram pagas. -----

2. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 5816/17, datado do dia 30/05/2017, a requerente solicita, ainda, a dispensa de prestação de garantia. -----

3. A requerente invoca, para o efeito, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida, em face do investimento que tiveram de realizar, sem que exista retorno financeiro, juntando, para o efeito, declaração IES (Informação Empresarial Simplificada), referente ao ano de 2014, bem como demonstração de resultados relativa aos períodos de 2010 e seguintes, bem como, acompanhando o pedido de dispensa de garantia, demonstração de resultados em 2016. -----

4. Sendo certo que a dívida, em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, na presente data, ao valor correspondente à quantia de 13,350.48€, acrescida de custas processuais, no valor de 352.38€, bem como juros de mora, no valor de 3,084.25€. -----

5. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre-me informar o seguinte:

II - Enquadramento Legal -----

1. Ora, atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º 1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º do CPPT. -----

3. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento,

os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

4. Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão dos processos de execução fiscal a correr seus termos nesta Autarquia Local, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente Informação, a dívida atual do requerente, corresponde à quantia de 13,350.48€, acrescida de custas processuais, no valor de 352.38€, bem como de juros de mora, no valor de 3,084.25€¹. -----

5. Aqui chegados, fácil se torna concluir que o ora peticionário **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 36 prestações ao abrigo da retrocitada norma, desde logo porque tendo em conta o valor total em dívida, é possível dividir o mesmo em 36 prestações mensais superiores a uma unidade de conta no momento da autorização, ou seja, superior a €102,00. -----

6. Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, a requerente, enquanto pessoa coletiva, não se encontra dispensado de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é superior a 10.000€. -----

7. De acordo com o estatuído no artigo 52º, da Lei Geral Tributária, o executado pode ser isento da prestação de garantia nos casos de a sua prestação lhe causar prejuízo irreparável ou manifesta falta de meios económicos revelada pela insuficiência de bens penhoráveis para o pagamento da dívida exequenda e acrescido, desde que em qualquer dos casos a insuficiência ou inexistência de bens não seja da responsabilidade do executado. -----

8. Nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 199º, do CPPT, se o executado considerar existirem os pressupostos de isenção da prestação de garantia, deverá invocá-los e prová-los na petição. -----

9. Ora, a peticionária veio invocar que a prestação de garantia é suscetível de provocar prejuízo irreparável, atendendo à sua situação financeira, juntando documentos comprovativos de tal situação. -----

10. Sendo certo que, da análise da demonstração e resultados referentes a 2016, verifica-se que a requerente teve, em tal período, um resultado líquido negativo avultado². -----

11. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º 2, do artigo 198º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. ---

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na autorização do pagamento do valor em dívida em 36 prestações mensais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a partir do dia 10 de julho de 2017, com base nas razões evidenciadas no capítulo anterior, da presente Informação/Proposta, bem como do

¹ De acordo com a última informação enviada a estes serviços. Sendo certo que os valores em causa podem sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

² Veja-se, sobre esta matéria, a demonstração de resultados por naturezas em 13 de 2016, devidamente assinada por Técnico Oficial de Contas. -----

pedido de isenção de prestação de garantia, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida, tendo como pano de fundo o princípio da prossecução do interesse público e o dever de fundamentação da competente decisão administrativa; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, da retrocitada disposição legal; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos; -----

e) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira. -----
É tudo o que me cumpre informar, de momento, sobre o presente assunto.-
À consideração superior. -----

Chaves, 07 de junho de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: - Plano de pagamento em prestações. -----

- O respetivo processo administrativo. -----

PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES -----

N.º Prestação	de Valor	Data
1	380,63€	10/07/2017
2	380,63€	08/08/2017
3	380,63€	08/09/2017
4	380,63€	08/10/2017
5	380,63€	08/11/2017
6	380,63€	08/12/2017
7	380,63€	08/01/2018
8	380,63€	08/02/2018
9	380,63€	08/03/2018
10	380,63€	08/04/2018
11	380,63€	08/05/2018
12	380,63€	08/06/2018
13	380,63€	08/07/2018
14	380,63€	08/08/2018
15	380,63€	08/09/2018
16	380,63€	08/10/2018
17	380,63€	08/11/2018
18	380,63€	08/12/2018
19	380,63€	08/01/2019
20	380,63€	08/02/2019
21	380,63€	08/03/2019
22	380,63€	08/04/2019
23	380,63€	08/05/2019

24	380,63€	08/06/2019
25	380,63€	08/07/2019
26	380,63€	08/08/2019
27	380,63€	08/09/2019
28	380,63€	08/10/2019
29	380,63€	08/11/2019
30	380,63€	08/12/2019
31	380,63€	08/01/2020
32	380,63€	08/02/2020
33	380,63€	08/03/2020
34	380,63€	08/04/2020
35	380,63€	08/05/2020
36	380,81€	08/06/2020

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017-06-09 -----

Visto. Concordo com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à adoção de deliberação consubstanciada na autorização do pagamento do valor em dívida em 36 prestações mensais, nos termos exarados nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-12 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.12. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL EXECUTADO: MARISA ETELINDA DA SILVA PIRES CARVALHO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 118/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Marisa Etelinda da Silva Pires Carvalho, contribuinte n.º 210668318, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 5560/17, datado do pretérito dia 23/05/2017, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização de pagamento em prestações do valor em dívida, a título de dívidas relativas a consumos de água efetuados e não pagos (Cliente 300949 CIL 33178). -----

2. A dívida, na quantia total de 429.78€, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local. -----

3. Considerando que a requerente invocou o facto de estar em Processo Especial de Revitalização (PER), o presente assunto foi encaminhado para a Divisão de Recursos Humanos, em vista ao enquadramento do mesmo à luz do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves. -----

4. Através da Informação produzida no dia 20/03/2017, pela Técnica Superior, Dra. Sandra Sarmento, integrada na Divisão de Recursos Humanos/Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos

Comunitários, após análise do processo verificou-se que a requerente não reúne os critérios necessários para ser enquadrada no Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos, uma vez que não apresenta meios de carência económica que justifiquem tal enquadramento. -----

5. Considerando que, pelas razões anteriormente expostas, não foi possível concretizar o enquadramento do pedido da interessada no Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, em vigor no Concelho de Chaves, dado que tal enquadramento está dependente da verificação de especiais fragilidades na situação económico-social do requerente, a situação individual e concreta deverá ser analisada à luz do preceituado no Código do Procedimento e do Processo Tributário (CPPT). -----

6. Tanto mais que a requerente se encontra em Processo Especial de Revitalização - processo 540/14.4TBCHV. -----

7. Ora, atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no nº1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

8. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no nº 5, do art. 196º do CPPT. -----

9. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

10. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor de €213.20, acrescido da quantia de €52.18, a título de juros³ e da quantia de €217.50 a título de custas com o processo de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local. -----

11. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária não **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 6 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

12. Contudo, será possível, atendendo ao montante total da dívida, em 4 prestações mensais, ficando, nesta justa medida, o valor unitário de cada prestação acima do valor correspondente a uma unidade de conta.

13. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

14. Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, a requerente, enquanto pessoa singular, encontra-se dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a 5.000€.

³ Sendo certo que os valores em causa sofreram alterações até à presente data, dado tratarem-se de juros de mora. -----

15. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal os seus termos, por força do disposto no n.º 4, do artigo 200º, do CPPT. -----

16. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º 2, do artigo 198º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuado no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho. --

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal e regulamentar aplicável, e consubstanciada no pagamento da quantia em dívida em quatro prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos cujo teor se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196º, do CPPT;

c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198º, do CPTT, **a requerente está dispensada de prestar garantia;** -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Arq.º António Cabeleira. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de junho de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES -----

N.º de Prestação	Valor	Data
1	107,67€	10/08/2017
2	107.67€	08/09/2017
3	107.67€	08/10/2017
4	107.69€	08/11/2017

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.14 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º155/SHSDPC/N.º59/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.06.02-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.19. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. SANDRINA BARBADÃES BARROSO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º166/SHSDPC/N.º60/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.06.09-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-06-13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.13. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. PROTOCOLO - BOMBEIROS. INFORMAÇÃO 005/PC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao solicitado superiormente, via e-mail, datado de 23-05-2017, de forma a protocolar, para o período mais vulnerável à ocorrência de incêndios florestais - 1 de Julho a 30 de Setembro de 2017 - os critérios e procedimentos a adotar relativos ao reforço a atribuir, pelo Município de Chaves, às Associações de Bombeiros do concelho, a fim de assegurar a constituição de Equipas de Intervenção do DECIF, que funcionem de forma permanente e eficaz, e dotadas de todos os meios materiais e humanos, que permitam abordar as fases de maior perigo, com elevado grau de segurança e eficácia, tendo por base o histórico e a previsibilidade de ocorrências.-----

II- Fundamentação-----

II.1 - Legislação-----

A Lei 27/2006, de 3 de Julho refere o seguinte:-----

1.A protecção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram (n.º 1 do artigo 1.º);-----

2.O princípio da prevenção, refere que os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências (alínea c, do artigo 5.º);-----

De acordo com a Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro:-----

• O presidente da câmara municipal é a autoridade Municipal de Protecção Civil (n.º 1 do artigo 6.º).-----

II.2 - Antecedentes e Justificação-----

Considerando:-----

1. Que o n.º de ocorrências e área ardida, no mês de Agosto, no concelho de Chaves, atingem valores médios 60 e 1200 há, respectivamente;-----

2. Que o plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio refere que o mês de Agosto e Setembro atendendo ao elevado n.º de ocorrências e área ardida deve ser objecto de uma intervenção mais musculada por partes dos organismos de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

3. Que a chegada do Verão, em especial na fase Charlie - 1 de Julho a 30 de Setembro, o concelho de Chaves, vê-se fustigado pelos incêndios florestais que colocam em causa a sua vasta mancha florestal e o património urbano de interface, o qual é imperativo conservar e defender;-----

4. Que o histórico e o passado recente revelam que a resposta a este flagelo, durante a fase Charlie, requer em permanência, no concelho de Chaves, um Dispositivo Especial de combate a Incêndios forte e musculado composto por 39 homens/mulheres, dedicado em exclusivo aos incêndios florestais, 24 sobre 24 horas, sem comprometer a eficiência na resposta às restantes ocorrências no âmbito da Protecção e socorro;-

5. Que estes 39 homens e mulheres que compõem o DECIF provêm das 3 Associações Humanitárias, atendendo ao seguinte:-----

a. Associação Humanitária dos Bombeiros Flavienses - 3 ECIN (15 bombeiros/dia) + 1 ELAC (2 Bombeiros/dia) o que perfaz um total de 17 bombeiros/dia;-----

b. Associação Humanitária dos Bombeiros Salvação Pública de Chaves - 2 ECIN (10 bombeiros/dia) o que perfaz um total de 10 bombeiros/dia;-

c. Associação Humanitária dos Bombeiros Vidago- 2 ECIN (10 bombeiros/dia) + 1 ELAC (2 Bombeiros/dia) o que perfaz um total de 12 bombeiros/dia;-----

6. Que a Autoridade Nacional Protecção Civil compensa financeiramente a constituição das Equipas de Combate a Incêndios, de acordo com o valor previsto na Circular Financeira da ANPC para o ano 2017 (45/por homem/jornada de 24 horas), isto é 1,875 euros/hora sendo um valor muito baixo para o esforço, sacrifício e risco associado;---

7. Que todos os anos, os Comandantes dos Corpos de Bombeiros sentem dificuldades na constituição de Equipas em número suficiente para integrar o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), instituído pela Diretiva Operacional n.º 02-DECIF da ANPC, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Protecção de Socorro (SIOPS) - artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio que o republicou;-

8. Que a constituição do DECIF com vista a conseguir um combate eficaz ao flagelo dos fogos florestais, tem um custo elevado que recai sobre a Associações Humanitárias e como tal não permitindo mais flexibilizações ou aumentos para com os combatentes;-----

9. Que se considera que o reforço proposto, no valor de 10,00€ (dez euros) /por homem/ dia, não só motivará a adesão e fixação de Equipas de Combate a Incêndios, no concelho, como também será uma forma de atrair novos voluntários e compensar a disponibilidade total da longa jornada de 24 horas;-----

10. Que o aumento referido anteriormente representará um custo anual, para o Município de Chaves 35880 euros, repartidos pelas 3 Associações em função do n.º de elementos que compõem o DECIF, quadro 1, conforme se descrimina:-----

a. Associação Humanitária dos Bombeiros Flavienses - 15640 euros repartidos pelos meses de Julho 5270 €, Agosto 5270 € e Setembro 5100 €;-----

b. Associação Humanitária dos Bombeiros Salvação Pública de Chaves - 9200 euros repartidos pelos meses de Julho 3100 €, Agosto 3100 € e Setembro 3000 €;-----

c. Associação Humanitária dos Bombeiros Vidago - 11040 euros repartidos pelos meses de Julho 3720 €, Agosto 3720 € e Setembro 3600 €.

Quadro 1 - Orçamentos anuais por corpo de Bombeiros.-----

Corporação	Equipas	Acréscimo Bombeiro	N.º Homens	Período 1 de Julho a 30 de Setembro		
				N.º Dias Período	Custo	Custo Total por CB
BVF	ECIN 01	10	5	92	4600	15640
	ECIN 02	10	5	92	4600	
	ECIN 03	10	5	92	4600	
	ELAC	10	2	92	1840	
BVSP	ECIN 01	10	5	92	4600	9200
	ECIN 02	10	5	92	4600	
BVV	ECIN 01	10	5	92	4600	11040
	ECIN 02	10	5	92	4600	
	ELAC	10	2	92	1840	
Total					35880	35880

11. O imperioso interesse Municipal na constituição destas Equipas de combate a incêndios em pleno e em contínuo 24 horas por dia, por forma a garantir a integridade física, bem-estar e a segurança dos combatentes e de toda a comunidade que luta na preservação e segurança dos seus bens.-----

12. A intenção do município reforçar a compensação atribuída pela ANPC às equipas integrantes do DECIF e nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os Municípios dispõem de atribuições no domínio da Proteção Civil; -----

13. Que por força do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos".-----

14. Tal apoio a conceder, pelo órgão executivo municipal, tem enquadramento orçamental, nos instrumentos de gestão financeira em vigor para o exercício de 2017, na seguinte rubrica orçamental da despesa: 04070199 - Outras Associações.-----

III- Da Proposta-----

Face ao exposto anteriormente e de acordo com o estabelecido na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida legislação, compete à Câmara Municipal "(...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município". Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental:-----

1. Que o presente assunto seja agendado na próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove o clausulado constante da matriz de protocolo em anexo;-----

2. Caso o referido clausulado seja aprovado nos termos anteriormente sugeridos, que seja desde já legitimado o Presidente da Câmara, Arqu.º António Cabeleira, para outorgar o referido protocolo.-----

À consideração Superior-----

O Técnico Superior-----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva)-----

Anexo: Minuta de Protocolo-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E DEDUÇÃO EM SEDE DE IRS. REQUERENTE AGOSTINHA DUARTE MELO GERALDES - LOCALIZAÇÃO: RUA DIREITA Nº 26, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 633/16 REQUERIMENTO Nº 923/17 - INFORMAÇÃO 126/DSCH/17 - TÉCNICO: ARTUR LOPES BALTAZAR, ENG.º CIVIL. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

Agostinha Duarte Melo Geraldês, na qualidade de cabeça de casal da herança indivisa de Luis de Jesus Geraldês, solicita sob requerimento n.º 923/17, referente ao processo n.º 633/16, emissão de certidão para isenção de IMI e certidão para redução à coleta em sede de IRS, nos termos dos nº7 e nº4 do artigo 71º, respetivamente, do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

1.1. LOCALIZAÇÃO -----

O prédio urbano está situado na Rua Direita nº26, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº4464/20150417 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 1981. -----

1.2. ANTECEDENTES -----

1.2.1. A Sra. Agostinha Duarte Melo Geraldês requereu em 23 de setembro de 2016 a vistoria sobre o estado de conservação do 1º andar do prédio referenciado, para efeitos de aplicação do artigo 71º do Estatuto dos

Benefícios Fiscais. No mesmo dia, 23 de setembro de 2016, comunicou o início dos trabalhos de reabilitação do apartamento- 1º andar. -----

A vistoria foi realizada no dia 26 de setembro e tem em anexo a ficha de avaliação com o nível de conservação classificado de mau. -----

Após a realização das obras de reabilitação, a requerente solicitou em 9 de janeiro de 2017 uma nova vistoria para a determinação do estado de conservação do apartamento, objeto das referidas obras. -----

A vistoria final foi realizada no dia 13 de janeiro de 2017, tendo os peritos municipais concluído que o 1º andar do prédio destinado a habitação, tem um nível de conservação classificado de excelente. ---

2.ENQUADRAMENTO DO PEDIDO -----

2.1. ENQUADRAMENTO NO REGIME JURÍDICO -----

O Município numa estratégia de promover a reabilitação urbana para o centro histórico de Chaves, por deliberação do órgão executivo camarário em reunião ordinária realizada no dia 21 de Janeiro de 2013, aprovou a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU), devidamente sancionada pelo órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2013, e posteriormente publicada, por Aviso nº4653, em Diário da República, II série, nº67, no dia 5 de abril de 2013. -----

A 21 de agosto de 2015, por deliberação do órgão executivo camarário tomada em reunião ordinária, foi aprovada a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves, devidamente sancionada pela Assembleia Municipal, em sessão de 29/09/2015 e posteriormente publicada, por Aviso nº2495/2016, em Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2016, com a fundamentação constante nos Programas de Estratégia de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - Masterplan. -----

2.1.1. ENQUADRAMENTO FACE AO IMI -----

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação inseridos na ARU, são passíveis de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de cinco anos, a contar do ano inclusive, da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, ao abrigo do nº7 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). -----

2.1.2. ENQUADRAMENTO COM A DEDUÇÃO À COLETA EM SEDE DE IRS DOS ENCARGOS SUPOSTADOS COM A REABILITAÇÃO -----

São dedutíveis à coleta, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€, quando decorrentes de imóveis situados em área de reabilitação urbana - ARU e recuperados nos termos das respetivas estratégias de reabilitação, de acordo com o disposto na alínea a) do nº4 do artigo 71 do EBF. -----

Os encargos previstos com a reabilitação de imóveis localizados em ARU devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, de acordo com os nº18 e 24 do artigo 71.º do EBF-

3.CONSIDERAÇÕES DO PARECER -----

3.1. Os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do artigo 71º do EBF, são aplicáveis a imóveis que tenham iniciado as ações de reabilitação após 1 de janeiro de 2008 e as concluíam até 31 de dezembro de 2020, de acordo com o descrito no nº 21 do referido artigo 71º. -----

3.2. O prédio urbano está dentro da delimitação da área de reabilitação urbana, estando por isso enquadrado no regime específico que permite usufruir da isenção de IMI e dedução em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. -----

3.3. Conforme auto de vistoria inicial, anexo ao processo, determinada para avaliação do estado de conservação do 1º andar do prédio em referência, o piso em causa, apresentava-se em péssimo estado de conservação, nomeadamente os pavimentos, paredes, tetos, redes de águas, esgotos e instalação elétrica. -----

3.4. A reabilitação consistiu na reparação dos pavimentos, paredes, tetos, pinturas e substituição das redes de águas, esgotos e instalação elétrica. -----

3.5. No âmbito do nº 24 do artigo 71º do EBF, o município certifica o estado de conservação do imóvel antes e após as obras compreendidas na ação de reabilitação, de acordo com a escala constante no nº 3 do artigo 6º da Portaria nº1192-B/2006 de 3 de Novembro, que define a ficha de avaliação na qual constam os elementos relevantes do imóvel para a determinação do estado de conservação. -----

3.6. No dia 13 de janeiro de 2017 foi feita a vistoria final a certificar o estado de conservação do 1º andar do prédio em referência, tendo sido considerado um estado de conservação de excelente, conforme consta da ficha de avaliação, anexa ao processo. -----

3.7. Tendo em consideração o descrito nos pontos 3.3 e 3.6, o estado de conservação cumpre o disposto na alínea a) do nº23 do artigo 71º do EBF, isto é, as obras de reabilitação levadas a efeito pelo proprietário do imóvel, neste caso, subiram dois níveis acima do atribuído antes da intervenção. -----

3.8. No que respeita ao IMI, considerando a taxa de 0.35%, a isenção por um período de 5 anos, resulta numa redução de receita para o município, sendo neste caso e de acordo com a avaliação constante na caderneta predial: -----

Imóvel	Uso da unidade	Data Avaliação	VPT	IMI (1 ano)	IMI (5 anos)
1º Andar	Habitação	25/11/2012	36 910,00€	129,19€	645,95€

3.9. Assim, o município perderá receita anual no valor de 129,19 € e de 645,95€ durante os 5 anos da isenção de IMI, referentes ao 1º andar do imóvel objeto de apreciação. -----

3.10. Estando o prédio urbano dentro da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Chaves - ARU, e cumprindo o disposto no ponto 3.3 e 3.6, fica enquadrado no regime específico que permite deduzir, em sede de IRS, 30% dos encargos suportados pelo proprietário com as obras de reabilitação, até ao limite de 500€. ---

3.11. No que respeita à certidão para a dedução em sede de IRS dos encargos com a reabilitação do imóvel localizado em ARU, a mesma incide sobre a fração a seguir discriminada: -----

Imóvel	Uso da unidade
1º Andar	Habitação

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

4.1. Face ao exposto proponho a emissão da certidão para efeitos de isenção de IMI, por um período de cinco anos, dando cumprimento ao disposto no nº 7 do artigo 71º do EBF e emissão da certidão para efeitos de dedução em sede de IRS, dos encargos com a reabilitação, de acordo com o nº4 do artigo 71º do EBF. -----

4.2. A presente informação deverá ser presente em reunião da Câmara Municipal, no sentido do órgão executivo municipal deliberar sobre a presente proposta. -----

4.3. Após aprovação em reunião de Câmara Municipal, o pedido de isenção de IMI deverá posteriormente ser submetido para deliberação, à Assembleia Municipal, de acordo com o nº 20 do artigo 71º do EBF. ---

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO CENTRO HISTÓRICO, ARQº ANTÓNIO MALHEIRO, DE 09/06/2017-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.13. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.14. -----

À reunião de Câmara, para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 626/16 - JOSÉ DOS REIS CUNHA - RUA DA ALEGRIA, VILA MEÃ DA RAIÁ, FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIÁ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 06.06.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução/Antecedentes-----

1.1 O requerente acima referido, na qualidade de proprietário de uma habitação de r/chão e andar sita na Rua da Alegria em Vila Meã da Raia, freguesia de Vilarelho da Raia, solicitou a legalização da referida habitação, levada a efeito sem controlo prévio da Administração, por nunca ter levantado o respetivo título;-----

1.2 Compulsado o Arquivo Geral, verificou-se existir um processo com entrada em 24 de agosto de 1982 referente à construção de uma habitação com uma área de 224,13m², aprovado em reunião de 25 de outubro de 1982, mas sem que o requerente tenha vindo proceder ao levantamento da respetiva licença de obras;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

2.1.1 O pedido formulado foi enquadrado no artigo 102.º-A do DL 136/2014 de 09/09 em articulação com o artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e edificação, por sua vez precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável, em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, e instruído com todos os elementos necessário à realização da mesma;-----

2.2 Considerando que o pedido se encontra instruído com todos os elementos necessários ao procedimento em análise;-----

3. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade do coordenador do projeto de arquitetura, da coordenação de projeto e arranjos exteriores, acessibilidades e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

4. Análise do Pedido / Proposta-----

4.1 Em conformidade com o n.º6 do artigo 73.º-C do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, o processo em análise foi precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável;---

4.2 De acordo com vistoria realizada em 16 de março de 2017, a Comissão Municipal verificou existirem aspetos que não estavam de acordo com o projeto, nomeadamente a configuração de umas escadas, e a não existência de ventilação para o exterior dos gases produzidos pela existência de um esquentador;-----

4.3 Considerando que despis de concedido um prazo, estas questões foram dirimidas quer em projeto quer no local, a referida Comissão Municipal entendeu que face ao descrito nos pontos anteriores do respetivo Auto de Vistoria, não havia necessidade de mais nenhuma correção e/ou adaptação;-----

O referido Auto de Vistoria n.º118 deverá ser fornecido ao requerente junto com a presente informação-----

4.4 Face à informação técnica proferida em 02 de junho de 2017, e atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º-A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102.º-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras apresentadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização da habitação;-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar;-----

5. Taxas urbanísticas aplicáveis à pretensão

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar e bifamiliar, por fogo			
a)	Até 250 m2	0	74,20 €	0,00 €
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	84,80 €	84,80 €
c)	Superior a 500 m2	0	94,45 €	0,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração	1	11,60 €	11,60 €
	TOTAL			160,00 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 08.06.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar

uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização em causa.--

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CÁLCULO DE TAXAS DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS, PEDIDO DE REVISÃO - PROCESSO N.º 288/15 - ESTER CHAVES DIAS - LUGAR DE BATOCO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 30.05.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 639/17, a D.ª Ester Chaves Dias, solicita que o cálculo da taxa de Infraestruturas urbanísticas, referente ao projecto de legalização de uma Habitação Unifamiliar, construída no lugar do Batoco, em Valdanta, seja revisto em virtude de a ligação do efluente residual doméstico daquele imóvel, ser encaminhado para uma fossa séptica construída no seu terreno.-----

1.2-Sob o requerimento supra referido a interessada apresenta desenho de pormenor da Fossa Séptica para anexar ao processo, registado com o n.º 288/15.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Consultado o Arquivo Municipal, constata-se que não existem antecedentes do presente pedido de legalização, referente ao processo registado com o n.º 288/15.-----

2.2-Na Divisão de Administração e Fiscalização, foi registado o Processo n.º 35/FIS/2015, referente à presente operação urbanística executada sem controlo prévio por parte da Administração, criado pelo Auto de Notícia por Contra-Ordenação n.º 19/15, elaborado pela Equipa de Protecção da Natureza (EPNA), da Guarda Nacional Republicana, registado no Serviço de Expediente Geral com o n.º 2145, em 24-02-2015.

2.3-INFORMAÇÃO N.º 211/SCOU/2017, presente em reunião de Câmara de 17 de fevereiro do corrente ano, mediante a qual o Executivo deliberou deferir o pedido de legalização das obras de construção de Habitação unifamiliar, cujos projectos de arquitectura e de especialidades foram apresentados sob o requerimento n.º 1371/15 e n.º 1572/16.-----

2.4-De acordo com a informação técnica referida no parágrafo anterior, as taxas previstas no artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9, ascendiam ao montante de € 1 149,22 (mil cento e quarenta e nove euros e vinte e dois cêntimos), a saber:-----

a) A taxa de infra-estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 3 do artigo 25.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 63 em 31-03-2010, no montante de € 1 023,12 (mil e vinte e três e doze cêntimos).-----

b) As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, as quais correspondem ao valor de € 126,10 (cento e vinte e seis euros e dez cêntimos), conforme discriminado no Quadro II constante na INFORMAÇÃO N.º 211/SCOU/2017.-----

3-PARECER-----

3.1-A taxa de infraestruturas urbanísticas, calculada na INFORMAÇÃO N.º 211/SCOU/2017, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 63 em 31-03-2010, ascendeu ao montante de **€ 1 023,12 (mil e vinte e três e doze cêntimos)**, tendo a mesma sido calculada partindo do pressuposto que o arruamento público que confina com o prédio rústico (inscrito na matriz predial da freguesia de Valdanta sob o artigo 1093.º e descrito na Conservatória do registo Predial de Chaves com o n.º 1354/20030117 e no qual se encontra erigida a Habitação unifamiliar), se encontrava dotado das redes públicas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, conforme referido na memória descritiva a folhas n.º 75 e n.º 76.-----

3.2-Acontece porém que, o caminho público que confina com o prédio rústico, supra referido, não se encontra dotado da rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas pelo que de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 11.º do dispositivo legal supra citado, corrige-se o cálculo da taxa de infraestruturas para o valor de **€ 522,82 (quinhentos e vinte e dois euros e oitenta e dois cêntimos)**, de acordo com o Quadro I (rectificado), que se anexa à presente informação técnica-----

4-PROPOSTAS -----

4.1-Face ao acima exposto, propõe-se que o presente processo registado com o n.º 288/15, seja presente em reunião de câmara, para pronuncia do Executivo sobre o valor de cálculo rectificado da taxa de infraestruturas, a qual ascende ao montante de € 396,72 (trezentos e noventa e seis euros e setenta e dois cêntimos), pelo exposto no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, publicado em Diário da República, 2.ª Série - N.º 63 em 31-03-2010.-----

4.2-Neste contexto, o somatório do valor das taxas a aplicar à legalização da presente operação urbanística ascende ao montante de **€ 522,82 (quinhentos e vinte e dois euros e oitenta e dois cêntimos)**, conforme cálculo anexo ao presente parecer técnico.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 08.06.2017:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à rectificação do valor da taxa de infraestruturas urbanísticas nos termos enunciados no item 4.1 deste documento.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MURO DE VEDAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 639/16 – ANTÓNIO MANUEL MONTEIRO RODRIGUES – LUGAR DA POULEIRA, LOTE 4, VILA VERDE DE OURA, FREGUESIA DE OURA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 06.06.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 417/17, 716/17 e 883/17, referente ao processo n.º 639/16, o Sr.º António Manuel Monteiro Rodrigues, solicita, um pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de construção⁴ de uma habitação unifamiliar e do muro de vedação confinante com a via pública, situada no lote n.º 4 do loteamento titulado pelo Alvará n.º 27/1989 – Vila Verde de Oura, freguesia de Oura no concelho de Chaves.-----

1.2- O lote de terreno, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial, tem a área de 1 148,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 618 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 371/19891220, da freguesia de Oura e é parte integrante do alvará de loteamento 27/1989, emitido em nome de Diamantina Assunção Ferreira da Silva Escalreira.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- O lote de terreno, resultou da operação titulada pelo Alvará n.º 27/1989.-----

2.2- O requerente apresentou sob requerimento n.º 1772/16, pedido com vista à aprovação do projeto de arquitetura, referente a obras de construção de uma habitação unifamiliar, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), tendo sido aprovado por despacho datado de 2016/11/22.-----

2.3- O requerente apresentou sob requerimento n.º 2257/16, pedido com vista à aprovação dos projetos de especialidades, referente a obras de construção de uma habitação unifamiliar, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, tendo sido aprovado por despacho datado de 2017/01/04.-----

2.4- O requerente apresentou sob requerimento n.º 76/17 e 471/17, pedido de emissão de alvará e novos elementos, referente a obras de construção de uma habitação unifamiliar, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, tendo sido objeto de despacho, datado de 2017- 04-06, no sentido da mudança de procedimento, para a figura jurídica de legalização, regulada no artigo 102.º-A do RJUE, pelo facto de a operação urbanística em apreciação se encontrar nesta data concretizada.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e no n.º 15, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril e artigo 13.º do RMUE, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----

⁴ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;----

- Ficha de áreas;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura e pelo coordenador de projeto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto acústico;----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Levantamento topográfico à escala de 1: 500;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100;-----
- Pormenores construtivos á escala 1:50;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de elementos estatísticos;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Projeto acústico;-----
- Estudo de comportamento térmico;-----
- ITED;-----
- Ficha Eletrotécnica;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- 4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----**
- 4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----**
- 4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por reportar à legalização das obras de construção de uma habitação unifamiliar.-----
- 4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----**
- 4.2.1- Do alvará de loteamento 27/1989, constam as seguintes indicações, relativas ao lote:-----
- Área do lote = 1 148,00 m²;-----
- Área de ocupação = 77,00 m²;-----
- Área edificande = 287,50 m²;-----
- Área de reserva agrícola = 860,50 m²;-----
- Área de construção = 104,00 m²; (em memória descritiva)-----
- Número de pisos acima. c.s. = 2;-----
- Número de pisos abaixo. c.s. = 1;-----
- Utilização prevista = habitação unifamiliar; (em memória descritiva
- Número máximo de fogos = 1; (em memória descritiva)-----
- 4.2.2- De acordo com as Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 60 B, o terreno está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.2 - Vila de Vidago - Áreas não centrais e em espaço de classe 4 - espaço agrícola e florestal - categoria 4.2 - espaços agrícola e na subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (Reserva Agrícola Nacional).-----

4.2.3- Nos termos das medidas preventivas, estabelecidas por motivo da revisão do PDM de Chaves, publicadas em Diário da República, 2.^a Série, n.º 107, de 4 de Junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, prorrogadas através do Aviso n.º 9339/2016 publicado em Diário da República, 2.^a série, n.º 143, de 27 de julho de 2016, o prédio situa-se num espaço urbano consolidado. -----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O projeto de legalização apresentado, consubstancia alteração dos parâmetros urbanísticos aprovados por despacho datado de 22/11/2016 (aprovação do projeto de arquitetura).-----

5.2- Propõe legalizar no lote os seguintes parâmetros urbanísticos:--

- Área do lote = 1 148,00 m²;-----

- Área de implantação = 126,50 m²;-----

-Área bruta de construção = 270,05 m²;-----

- Número de pisos acima. c.s. = 1;-----

- Número de pisos abaixo. c.s. = 1;-----

- Utilização prevista = habitação unifamiliar;-----

- Número máximo de fogos = 1;-----

5.3 - O projeto apresentado, prevê ainda, a construção do muro de vedação confinante com a via pública.-----

5.4 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-05-04, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 111", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de se tratar de uma habitação, em execução. O muro de vedação não se encontrava executado. -----

5.6 - Da análise do loteamento, constata-se que o mesmo não define os parâmetros urbanísticos, constantes do artigo 77.º do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, como se pode verificar da leitura do ponto 4.2.1 da presente informação, que transcreve o quadro sinótico do loteamento.-----

5.7- Da leitura das plantas de apresentação do loteamento á escala 1:500, constata-se haver discrepâncias, entre a medição em planta (104,00m²) e a constante do quadro sinótico (77,00 m²) no que diz respeito à "área de ocupação", conceito indefinido á luz do Decreto-Regulamentar 9/09 de 29/05, mas que se julga, ser a área de implantação. Existem ainda indefinições da área de construção, constando apenas na memória descritiva a área de construção de 104,00m², o que se revela incompreensível face á área de ocupação e ao número de pisos.-----

5.8 - A área de reserva agrícola contabilizada no loteamento, não se coaduna com a das plantas de ordenamento do plano diretor municipal, que define uma área edificande, localizada dentro de uma faixa de terreno limitada pela via de acesso e por uma linha traçada paralelamente a esta a uma distância de 30 m da respetiva berma.-----

5.9 - Neste sentido, afigura-se, face às indefinições do alvará de loteamento n.º 27/89, analisar a pretensão á luz do regulamento do Plano Diretor Municipal e do texto "Medidas Preventivas".-----

5.10 - Assim, o projeto de legalização apresentado, prevê a construção de uma habitação unifamiliar, composta por dois pisos (cave e rés-do-chão), com a área de implantação de 126,50 m², área total de construção de 270,05 m². A implantação da habitação situa-se em espaço de classe 1- espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.2 - Vila de Vidago - Áreas não centrais.-----

5.11- A operação urbanística, consubstanciada na construção de uma habitação unifamiliar, compagina-se com os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor um índice de 0,43 m²/m². Neste sentido, conclui-se que este projeto respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos para os "espaços urbanos consolidados" de acordo com as medidas preventivas, estabelecidas por motivo da revisão do PDM de Chaves, publicadas em Diário da República, 2.ª Série, n.º 107, de 4 de Junho de 2014, através do Aviso n.º 6779/2014, prorrogadas através do Aviso n.º 9339/2016 publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 143, de 27 de julho de 2016.-----

5.12- A edificação destina-se habitação unifamiliar, o que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

5.13- Face ao uso previsto do imóvel (habitação unifamiliar), área bruta de construção do mesmo e área do lote, a proposta cumpre o especificado na alínea b) do n.º 3 do artigo 12.º do Plano Diretor Municipal, ou seja, o mínimo de 1 lugar de estacionamento no interior do lote;-----

5.14- A proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, que de acordo com o n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, exclui a sua apreciação prévia.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- O requerente já procedeu à liquidação das taxas, conforme documento receita DRI 00/151, emitido em 2017/01/13, a folhas 349 deste processo. -----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, correspondentes ao aumento de área e à construção do muro de vedação, são no valor de 96,20 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, no anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a proposta feita pelo requerente cumpre as especificações do alvará de loteamento 27/89, no que diz respeito à área do lote e uso previsto, as únicas que se encontram claramente definidas. -----

8.2- Considerando que a operação urbanística, consubstanciada, na construção de uma habitação unifamiliar, se situa em "espaço urbano consolidado", respeitando as regras e parâmetros de edificabilidade, constante da informação presente em reunião de Câmara datada de 4 de Julho de 2014.-----

8.3- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto no artigo 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, pelo facto de: a altura da edificação não ultrapassar 7,5 metros, a área de impermeabilização do solo não excede 75% da área da parcela e a área de implantação, não exceder 60% da área do terreno.-----

8.4- Considerando, que a operação urbanística apresentada se enquadra na envolvente, promove a qualidade do meio em que se insere, não põe

em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente;-----

8.5- Considerando, que o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto-Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

8.6- Considerando, que o uso pretendido, para habitação unifamiliar, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.7- Considerando, que se trata de uma edificação inacabada, iniciada sem o respetivo título.-----

8.8- Considerando, que da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no imóvel, que se prendem com a conclusão da obra. -----

8.9-Considerando, que são apresentados todos os projetos de especialidades, previstos no n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015;-----

8.10 Considerando, que a operação urbanística em análise, não consubstancia, qualquer dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de uma construção recente.-----

8.11- Considerando, que há obras de correção a serem levadas a efeito, o título a emitir será o alvará de licença especial de legalização, conforme previsto no n.º 4 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.12 - Considerando, que se trata de uma legalização das obras de construção, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A e artigo 73.º-C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:---

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere deferir a legalização das obras de construção da "habitação unifamiliar e do muro de vedação", e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de construção, e face as obras de correção a levar a efeito, deverá o interessado, no prazo máximo de 30 dias, apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo o alvará de licença especial de legalização, designadamente:

- Apólice de seguro de construção;-----

-Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

9.2- Em conformidade com o n.º10 do artigo 73.º-C do RMUE, e de acordo com o preceituado no n.º 14, do mesmo artigo do referido diploma legal, vir requerer, num prazo de 30 dias úteis, após a realização das obras, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 76,55 m²-----

Cálculo:-----

EMIÇÃO DE TITULO (art.º 66 da subseção IV):-----

- Aumento de área até 250 m²..... 1,00 x 74,20 €

- Muro de vedação(p/ml)-(n.º 10 do art.º 66)1,00 € x 22,00 ml=22,00 €

TOTAL.....Σ= 96,20 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 07.06.2017:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.20. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ALTERAÇÕES A EDIFÍCIO DE COMÉRCIO/SERVIÇOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 310/15 - NOÉMIA GOMES PINHEIRO DOS REIS - RUA DA FONTE DO LEITE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.06.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação com o nº 1885/16 em 13-10-2016, a interessada solicitou a legalização das obras de alterações à licença inicialmente emitida, num imóvel destinado a comércio/serviços, nos termos do disposto no artigo 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9. -----

1.2-Sob o requerimento registado com o nº 408/17, apresenta aditamento ao projecto de legalização, apresentado sob o requerimento nº 1885/16.

2-ANTECEDENTES-----

Os antecedentes do processo administrativo registado com o nº 310/15, são os seguintes:-----

2.1-Alvará de licença de construção nº 465/2001, emitido em nome do Srº Vitorino dos Reis, em 10-08-2001, para construção de edifício, com a área bruta de construção de 600 m2, destinado a Armazém não Industrial, cujas obras de construção incidiram sobre o prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Sêco sob o artigo 225º e descrito na Conservatória do registo predial de Chaves com o nº 02600/130201.-----

2.2-Alvará de obras de alterações nº 277/03, emitido em 17-07-2003, titulando a alteração à implantação do imóvel, inicialmente aprovada, construção de uma parede divisória do armazém, criando dois compartimentos para arrumos, sem aumento da área licenciada inicialmente.-----

-2.3-Certidão de Propriedade Horizontal, rectificativa da emitida em 07-08-2003, em cumprimento do despacho proferido em 01-10-2003, pelo então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº António Cabeleira, certificando de acordo com as informações técnicas de 28-07-2003 e 26-09-2003, que o imóvel construído no prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 225º e descrito na Conservatória do Registo Predial com o nº 02600/130201, cumpria os requisitos legais para ser considerado em propriedade horizontal, com as seguintes fracções:-----

Fracção A - Armazém, não industrial, destinado a arrumos de materiais, situado no Rés-do-Chão, possuindo a área bruta de 300 m2. A esta fracção fica afeto um logradouro com a área de 2 100 m2, no alçado lateral direito, posterior e frontal.-----

Relativamente ao valor da área bruta significa 50%.-----

Fracção B- Armazém, não industrial, destinado a arrumos de materiais, situado no Rés-do-Chão, possuindo a área bruta de 300 m2. A esta fracção fica afeto um logradouro com a área de 2 100 m2, no alçado lateral esquerdo, posterior e frontal.-----

Relativamente ao valor da área bruta significa 50%.-----

2.4-Autorização de Utilização nº 265/03, emitida em 12-08-2003, também em nome do Srº Vitorino dos Reis, marido da ora requerente, titulando a autorização de utilização do imóvel, por despacho do então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Srº Arqtº António Cabeleira de 29-07-2003, para a utilização das fracções designadas com as letras "A" e "B", destinadas a Armazéns.-----

2.5-Certidão de destaque, emitida em 05-07-2010, em cumprimento da deliberação de câmara tomada em reunião do executivo de 21-06-2010, sob proposta da informação técnica de 14-06-2010, para o prédio sito no lugar em Alto do Seixo, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Cruz Trindade, sob o artigo 1920º -P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1103/20100301, da qual resultaram duas parcelas:-----

-Parcela 1 (a destacar, dando origem ao prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 1939º-P, descrito na CRPC com o nº 1148/20100716): Área total do terreno - 2 400 m2; Área de implantação - 300 m2; Área bruta de construção - 300 m2, com as seguintes confrontações:-----

-Norte - João Ferreiras; -----

-Sul - Vitorino dos Reis;-----

-Nascente - Belizário Valdegas;-----

-Poente - Caminho Público.-----

-Parcela 2 (sobrante): Área total do terreno - 2 400 m²; Área de implantação - 300 m²; Área bruta de construção - 300 m², com as seguintes confrontações:-----

-Norte - Domingos da Encarnação Rodrigues; -----

-Sul e Nascente Belizário Valdegas;-----

-Poente - Caminho Público.-----

2.6-Ficha de Acompanhamento de Operações Urbanísticas N° 2/2016 - ZONA A, elaborada em 11-01-2016 pela Eng° Maria João Chaves e pelo fiscal municipal, Eduardo Manuel Teixeira Carneiro, através da qual se concluiu que no imóvel situado na rua Firmino Aires, n° 50, o Sr° Vitorino dos Reis, marido da ora requerente estava a utilizar o mesmo para oficina de automóveis.-----

2.7-INFORMAÇÃO N° 715/SCOU/2016, presente em reunião de câmara de 22-07-2016, mediante a qual o Executivo deliberou no sentido de indeferir o pedido (solicitado sob o requerimento n° 842/15) de alterações ao imóvel, construído sob os alvarás de obras b° 465/01 e n° 277/03, nos termos do disposto nos artigos 20° e 102°, ambos do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9.-----

LOCALIZAÇÃO-----

O prédio urbano onde a requerente pretende legalizar o imóvel construído em desconformidades com as Licenças de obras n° 465/01 e n° 277/03 e instalar uma oficina de automóveis, destinada a serviços de chaparia, possui a área registada de **2083 m²** e encontra-se inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 1920° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n° 1103/20100301.-----

Em virtude de o arruamento confrontante a Poente com o referido prédio urbano ter sido objecto de intervenção com o alargamento do seu perfil transversal, o prédio urbano (artigo 1920°), passou a ter a área de 1 854,54 m².-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de alteração à licença, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Certidão da conservatória do registo predial do prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 1920° e descrito na CRPC com o n° 1103/20100301.-----

-Declarações subscritas pela Arqtª Mónica Sofia Ferreira e pelo Eng° António José Afonso Durão Branco de acordo com o Anexo III do Regulamento Municipal da urbanização e da Edificação.-----

-Projecto de Estabilidade.-----

-Projecto Acústico.-----

-Projectos prediais de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais.-----

-Projecto de Arranjos Exteriores.-----

-Recibo comprovativo em como o imóvel se encontra alimentado de energia eléctrica.-----

-Recibo comprovativo, em como o imóvel se encontra ligado à rede pública de Telecomunicações.-----

-Ficha de segurança contra incêndios.-----

-Declaração para efeito do disposto no n° 12 do artigo 13° do regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

-Termo de responsabilidade do coordenador dos projectos.-----

-Termo de responsabilidade pela direcção técnica da obra.-----

-Planta de Localização à escala 1/25000;-----

-Planta de Ordenamento à escala 1/10 000;-----

-Ortofotomapa à escala 1/5000;-----

-Planta de Implantação e de Arranjos Exteriores, à escala 1/500;-----
 -Levantamento Topográfico à escala 1/500;-----
 -Cortes à escala 1/100;-----
 -Alçados à escala 1/100;-----
 -Plantas de Alterações à escala 1/100;-----
 -CD-----

-Elementos apresentados sob o requerimento nº 408/17.-----

4-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 4º⁵, nº 1 do artigo 27º e artigo 102º-A, todos, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, adiante designado RJUE.-----

Pelo exposto no nº 7 do artigo 27º do RJUE, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, inicialmente emitido-----

4.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----

4.2.1-O prédio urbano, no qual se encontra edificado o imóvel, objecto do presente pedido de alteração à licença nº 465/01, encontra-se inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 192º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o nº 1103/20100301.-----

Possui a área de 2083 m2, segundo a certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela CRPC.-----

4.2.2-De acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico esta inserido no espaço da classe 1 (Espaços Urbanos e Urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves). Consultadas as plantas de condicionantes do PDM, conclui-se que sobre o prédio urbano, objecto de intervenção, não impende qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----

4.2.3-Sobre os espaços pertencentes às categorias 1,1- Cidade de Chaves e 1.2 - Vila de Vidago, foram estabelecidas Medidas Preventivas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal, publicadas em Diário da República, 2ª série, Nº 107, de 04-06-2014, através do aviso nº 6779/2014.-----

4.2.4-O estabelecimento de Medidas Preventivas nos espaços pertencentes às categorias acima mencionadas, determinou a suspensão de disposições regulamentares do PDM durante um prazo de vigência, as quais são especificamente referenciadas no artigo 6º do texto das Medidas Preventivas.-----

4.2.5-Nesta sequência, foram aprovadas em reunião da câmara municipal realizada em 04-07-2014, as "Regras de Apoio à Gestão Urbanística das Áreas Abrangidas por Medidas Preventivas Estabelecidas por motivo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves", de 25-06-2014, tendo em vista complementar o âmbito material das Medidas Preventivas com algumas regras que permitissem a gestão urbanística das áreas urbanas de chaves e de Vidago, contextualizadas com os objectivos de revisão do PDM de Chaves e com os princípios orientadores das opções fundamentais da futura proposta deste plano estabelecidos no nº 4, do artigo 1º do texto das Medidas Preventivas.-----

De acordo com o nº 1 "Delimitação de zonas urbanas diferenciadas" da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, o prédio urbano objecto da pretensão

⁵ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.-----

localiza-se em áreas designadas por B - Espaços urbanizáveis (expansão/colmatação).-----

As operações urbanísticas que incidem nas áreas designadas por B - Espaços urbanizáveis (expansão/colmatação) e mencionadas no item 3.2 do mesmo documento, ficarão condicionadas ao parecer por parte da unidade orgânica municipal responsável pela revisão do Plano Diretor Municipal, em razão da existência de todas as infraestruturas necessárias à sua viabilidade ou da execução das mesmas pelo interessado nos moldes a estabelecer pela CMC.-----

No caso de Chaves, o índice de construção máximo admissível do solo é de 1,2 m²/m² e um número máximo de 4 pisos acima do solo.-----

Estando em causa, no caso concreto em apreciação, uma mudança de uso, de Armazém para oficina de Automóveis, destinada a Serviços de Chaparia deverá ser acautelado o cumprimento do artigo 3º (âmbito material) das Medias Preventivas, designadamente, o preconizado nas alíneas a), b) e d).-----

4.3-Nos Regulamentos Municipais -----

O pedido tem enquadramento legal no artigo 73º C - Procedimento de legalização de operações urbanísticas, do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

Da análise do projecto de arquitectura apresentado do imóvel a legalizar, bem como dos seus antecedentes, constata-se que:-----

5.1-As alterações propostas dizem respeito à legalização das alterações às licenciadas e tituladas pelos alvarás nº 466/01 e nº 277/03, com a mudança de uso de Armazém para Comércio e/ ou Serviços.

Há ainda alterações ao nível da compartimentação interior e com a criação de instalações sanitárias e escritório.-----

5.2-A área bruta de construção prevista para o imóvel é de 467,50 m², sendo respeitado o índice de utilização máximo de 1,2 m²/m², previsto na alínea d) do nº 2.1 da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014 e o uso do mesmo para a instalação de uma oficina de automóveis, destinada a Serviços de Chaparia;-----

5.3-O projecto de arquitectura prevê a existência de 10 lugares de estacionamento, dentro da parcela de terreno, dando cumprimento ao previsto na alínea d) do nº 3 do artigo 12º do Regulamento do Plano Diretor Municipal;-----

5.4-De acordo com o disposto no nº 6 do artigo 73º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma nova vistoria ao imóvel em 09-03-2017, da qual resultou o Auto de Vistoria Nº 106, que se anexa à presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.5-Da vistoria realizada concluiu-se não haver a necessidade de se realizarem obras de correcção e/ou adaptação do imóvel, destinado a comércio/serviços.-----

5.6-A actividade laboral a desenvolver no imóvel, destinado à reparação de automóveis (CAE 45200 - Manutenção e reparação de automóveis), deve efectuar a separação dos resíduos na oficina, nomeadamente plásticos, chapa, óleos usados, baterias, filtros de óleos, latas, desperdícios e papel sujos de óleos (**condição de licenciamento**).-----

6-RESPONSABILIDADE-----

O pedido encontra-se instruído com os termos de responsabilidade subscritos pela autora do projecto de arquitectura, de acessibilidades e de arranjos exteriores, Arqt^a Mónica Sofia Ferreira, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis,

acompanhados pelo elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do diploma legal acima referido;-----

O termo de responsabilidade do projecto de condicionamento acústico e coordenador dos projetos é da autoria do Sr^a Eng° António José Afonso Durão Branco, encontrando-se elaborado de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor e acompanhado do elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do RJUE.-----

7-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----

7.1-A taxa de infra-estruturas urbanísticas, calculada nos termos do disposto na alínea a) do n° 4 do artigo 24° do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas, publicado em Diário da República, 2ª Série - N° 63 em 31-03-2010, ascende ao montante de € 286,42 (duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos).-----

7.2-As taxas administrativas previstas na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de € 317,95 (trezentos e dezassete euros e noventa e cinco cêntimos), conforme discriminado no Quadro "A" que se anexa à presente informação técnica.

8-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando que o pedido se encontra instruído com os elementos mencionados no n° 15 e n° 16 do anexo da Portaria n° 113/2015, de 22/4;-----

8.2-Considerando que, no âmbito da realização da vistoria, se concluiu que o projecto de alterações apresentado retrata a materialização do imóvel, existente no prédio urbano inscrito actualmente na freguesia de Santa Cruz/Trindade sob o artigo 1920°, não havendo a necessidade de realização de obras de legalização;-----

8.3-Considerando que, é respeitado o índice de utilização máximo estabelecido para o local, que é de 1,2 m2/m, aplicado à parcela de terreno;-----

8.4-Considerando que se prevê que o projecto de arquitectura apresentado cumpre as regras estabelecidas no artigo 3° 8Ambito Material) das Medidas Preventivas, bem como o disposto nas alíneas d) do n° 3 do artigo 12° daquele regulamento, ou seja, dez lugares de estacionamento no interior da parcela de terreno, objecto do presente pedido.-----

9-PROPOSTA DE DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

9.1- Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de legalização, das obras de ampliação, construídas sem controle prévio por parte da administração, destinado a comércio/serviços, cujos projectos de arquitectura e especialidades foram apresentados sob o requerimento n° 1885/16, n° 408/17, nos termos do disposto no artigo 102° A do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9. e no artigo 73° - C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.

b) Que delibere reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do imóvel.-----

9.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização supra referido, o qual será titulado por aditamento ao alvará de

autorização de utilização nº 265/03, propõe-se que a requerente seja informada, de acordo com o previsto no nº 14 do artigo 73º - C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, que dispõe do prazo de 30 dias úteis, para vir a esta Autarquia solicitar a emissão do respectivo alvará, de acordo com o disposto no nº 5 do artigo 73º-C do RMUE.-----

À Consideração Superior-----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

Áreas (m2)-----

PISO	Habitação	Comércio/Serviços	Anexo	TOTAL
R/C		387,75		387,75
Planta alta		79,75		79,75
TOTAL				467,50

Altura da fachada - 5,70 m-----

Volume - 2210 m3-----

1-Cálculo da taxa de infraestruturas urbanísticas (T)-----

-De acordo com o disposto no nº 4 do artigo 25º do Regulamento nº 314/2010, o qual consubstancia a aprovação definitiva do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas:-----

Taxa de infraestruturas
urbanísticas (T)

QUADRO III				
		s/ n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
	Passeios			
	- Lancil (Betão)	0	0,20	0,20
	- Lancil (Granito)	0	0,38	0,00
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	0	0,19	0,19
	- Pavimento (Mosaico)	0	0,28	0,00
REDE DE ÁGUA		0	0,27	0,27
REDE DE ESGOTOS		0	0,38	0,38
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,51

C - custo das obras existentes na via pública	1,71 €/m2
A - área bruta da obra a realizar	167,50 m ²

Anexos, garagens e obras similares em terrenos onde já se encontre construído edifício de habitação coletiva

- n.º 4 do artigo 25.º

$T = C \times A$	$T = 286,42 \text{ €}$
------------------	------------------------

2-Cálculo da taxa administrativa**QUADRO "A"**

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo I	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção I	APRECIACÃO DE OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Subsecção IV	EMISSION DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSION)			
Artigo 66º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
nº 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1, por unidade de ocupação			
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	1	211,95 €	211,95 €
nº 14	Alteração das fachadas dos edifícios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de janelas ou portas, por m	10,01	5,30 €	53,05 €
Artigo 76º	Outras Vistorias			
nº 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas			52,95 €
	TOTAL			317,95 €

TOTAL A LIQUIDAR = € 604, 37 (seiscentos e quatro euros e trinta e sete cêntimos) -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.06.2017:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em causa e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização do referido imóvel.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ANEXO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 403/16 - JOSÉ MANUEL GONÇALVES PEIXEIRO - RUA Dª MARIA NATIVIDADE DELGADO N.º 32, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 14.06.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Face ao teor da deliberação do Executivo, realizada em 03/02/2017 e à informação interna n.º 0134/SCOU/2017, datada de 30/01/2017 que apontou para a decisão de indeferimento da pretensão e consequente notificação por contacto pessoal com o técnico em 22/02/2017, vem o Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, na qualidade de proprietário,

através do requerimento n.º539/17, de 29/03/2017, apresentar uma exposição, com vista a alterar o sentido de decisão, referente ao pedido de legalização⁽⁶⁾, previsto no processo n.º403/16, referente às operações urbanísticas, sito na Rua D. Maria da Natividade Delgado, n.º32, freguesia de Santa-Cruz/Trindade e a seguir discriminadas:----

- Obras de ampliação de uma edificação principal, já concluídas, sem procedimento de controlo prévio e não dotadas de autorização de utilização, sendo que edificação principal, destinada a uma habitação unifamiliar, possui com Licença inicial n.º 226/1985, bem como, legalização da construção do anexo 1, sem procedimento de controlo prévio-----

- Obras de construção de um anexo 2, complementar da edificação principal, enquadradas em obras de correção, no presente procedimento de legalização-----

1.2. Para efeitos de instrução do pedido são apresentadas cópias dos seguintes elementos:-----

- CD;-----

- Declaração subscrita pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III, a que se refere o n.º14, do artigo 13.º, do RMUE;-----

- Projeto de arquitetura - aditamento I, composto por:-----
Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, acompanhado de comprovativo da validade da inscrição em associação de natureza profissional ou comprovativo de habilitação adequada, documento de identificação, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil, nos termos da lei n.º31/2009, de 03/01, na sua redação atual;-----

Aditamento - Memória descritiva e justificativa;-----
Peças desenhadas;-----

- Projeto de estabilidade (alterações).-----

2. ANTECEDENTES-----

Como antecedentes ao pedido de "licenciamento" apresentado, regista-se em Arquivo Municipal:-----

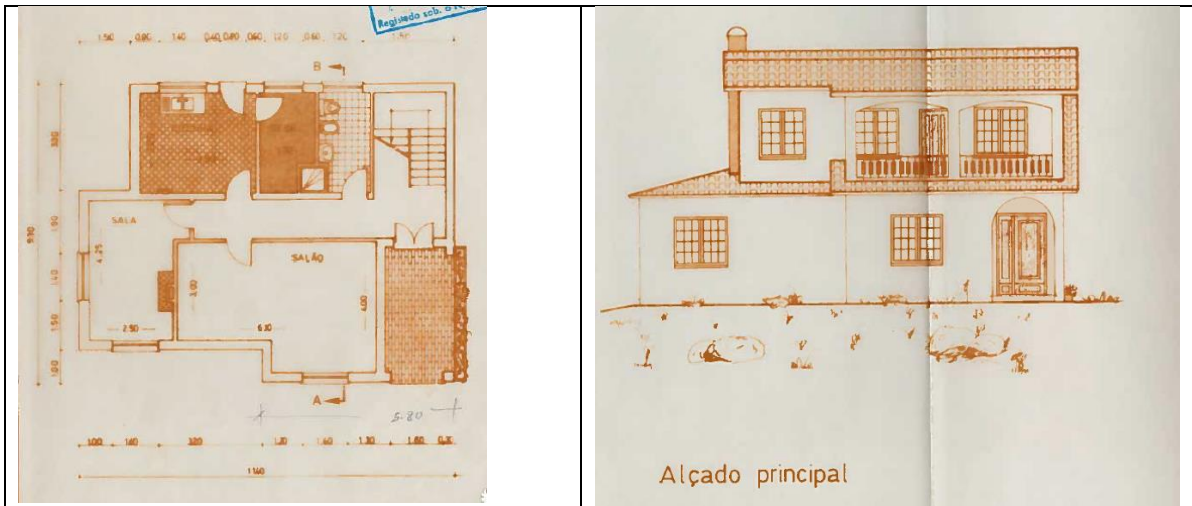
2.1 Alvará de loteamento n.º 7/78, passado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto, em 02/01/1978, para constituição de 87 lotes e com parcela a ceder à Câmara Municipal, (possuindo o lote 59 uma área de 590m2);-----

2.2 Alvará de loteamento n.º 7/79, passado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto.-----

2.3 Alvará de Loteamento n.º 5/81, de 01/07/1981, autorizado a Maria de Fátima Moraes Gomes Augusto para constituição de oitenta e sete lotes de terreno (87);-----

2.4 Licença n.º 226, passada em 08/04/1985, constante do processo de obras n.º 139, de 1985, em nome do Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, ora requerente, para construção de uma moradia unifamiliar de R/C e andar, com a área de 173,92m2 (r/c 93.54m2, 1º andar 80,38m2). Mais se informa, consta do processo, um projecto de alterações, "a referida alteração está relacionada com a garagem. O requerente decidiu não a construir, pelo que o edifício ficará com as dimensões e configuração que se poderão ver nos desenhos juntos";-----

⁶ nos termos do disposto no art.º 102-A, do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro-----



2.5 Licença de utilização n.º 18, de 25/02/1987, do lote 59, para habitação, constante do processo n.º95 de 1986, cujo titular é o Sr. José Manuel Gonçalves Peixeiro, ora requerente;-----

2.6 Alvará de loteamento 5/2000, emitido em 04/04/2000, que vem alterar as condições de licenciamento da operação de loteamento com alvará n.º5/81, emitido em nome de Maria de Fátima Morais Gomes Augusto, mediante a extinção do lote n.º92, o qual passará a ter uma nova configuração e uma nova área 719,00m2 (aumento de área sofrida por conta da extinção do lote n.º92, com exceção da área a integrar no domínio público para a execução de arruamento);-----

2.7 Aditamento ao Alvará de loteamento 5/81, (1º aditamento, aprovadas em 26/10/1984), o qual foi aumentado com mais lotes 88 a 92;-----

2.8 Aditamento ao Alvará de loteamento 5/81, 1/7/81 (2º aditamento, aprovadas em 14/11/2006), as alterações das especificações do alvará de loteamento foram requeridas por Flávio Batista Rodrigues, na qualidade de proprietário do lote n.º61, do referido loteamento).----

Descrição das alterações, previsão de anexos no lote 61, alteração da área total, incluindo do anexo - 346,21m2, área de construção do anexo 59,35m2, área de implantação lote 216,50m2 área de lugares de estacionamento privado 4 lugares de estacionamento dentro do lote). Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem quaisquer alterações;-----

2.9 Aditamento ao alvará de loteamento 5/81, de 01/07/1981, (3º aditamento, aprovado em 24/10/2010), as alterações resultantes à licença no lote n.º35, alteração do uso previsto de uma moradia unifamiliar, para comércio e ou serviços e habitação coletiva do 1º e 2º pisos e aumento do n.º de fogos passando de 1 fogo para 4 fogos. Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem quaisquer alterações;-----

2.10 Alteração de loteamento n.º7/79, passada a Maria de Fátima Morais Gomes Augusto, autorizando a constituição de 87 lotes de terreno, sendo o lote 59 com 570m2, passando o lote a possuir uma área de 620m2;

2.11 Pedido de dispensa de licenciamento, para construção de anexo, sito Rua D.ª Maria da Natividade Delgado, lote n.º59, n.º32, da União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, do concelho de Chaves, o qual acabou por ser formalmente indeferido, tendo como base uma informação produzida pela Divisão de gestão e Ordenamento do Território, em 26/06/2015.-----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

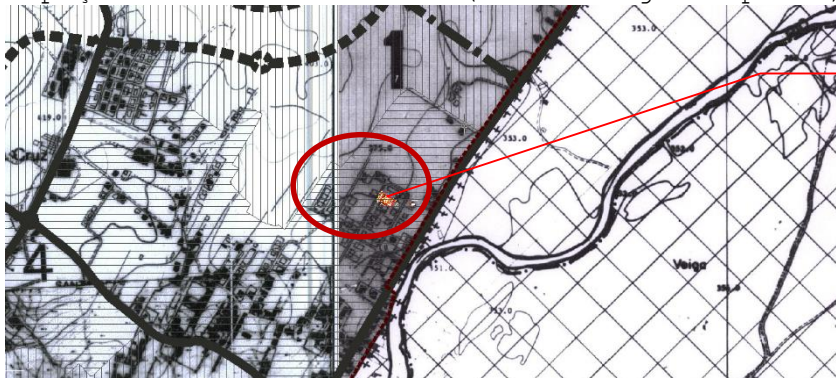
3.1 Enquadramento do pedido na Legislação vigente-----

A pretensão⁽⁷⁾ enquadra-se na alínea c), do n.º4, do artigo 4.º⁽⁸⁾, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, RJUE.-----
Contudo o requerente optou pelo licenciamento, faculdade prevista pelo n.º6 do artigo 4º, do RJUE. Neste enquadramento a referida pretensão enquadra-se no disposto na alínea c), no n.º 2, do artigo 4.º, cumulativamente com o artigo n.º 102.º-A, do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em obras sujeitas a licença administrativa.-----

3.2 Enquadramento da proposta nos instrumentos de planeamento Territorial-----

Regista-se que o prédio rústico, composto de lote de terreno para construção urbana, possui uma área total de 620,00m², de acordo com Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves. Da análise prévia das alterações ao projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto ampliar a habitação unifamiliar, bem como, legalizar um anexo "1" e construir outro anexo "2" e uma pérgula, "criando um só edifício de anexos", "formando uma unidade", complementares da edificação principal.-----

Como já referido, a construção insere-se no lote n.º 59, constituído ao abrigo do Alvará de Loteamento n.º Loteamento n.º5/81, de 01/07/1981, encontrando-se também inserido em área para a qual a disciplina urbanista patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves se encontra suspensa e sob Medidas Preventivas. De acordo com o desenho n.º 3, que acompanha as Regras de apoio à gestão urbanística das áreas abrangidas por Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, o lote em causa integra-se num espaço urbano consolidado (área designada por A).-----



Localização do prédio urbano, tendo por base o CD georreferenciado e extracto das plantas de ordenamento 34 B, dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, à escala 1:10000, com a indicação do local da situação consolidada, apresentados pelo interessado

Segundo a planta de condicionantes n.º 34-B, sobre o lote do requerente sobre o qual recai o pedido de licença para a realização de operação urbanística, não impende qualquer servidão administrativa e/ou restrição de utilidade pública.-----

⁷ Obras de ampliação num edifício destinado a habitação unifamiliar, de dois pisos, com Licença inicial n.º226, passada em 08/04/1985, para obras de construção de anexo (legalização) e obras de construção de anexo, complementares à edificação principal-----

⁸ Artigo 4.º **Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**
4 - Estão sujeitas a comunicação prévia as seguintes operações urbanísticas:-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor;-----



3.3 Verificação de conformidade com medidas preventivas-----

O prédio sobre o qual recai o pedido de licença para a realização de operação urbanística está inserida em área onde estão em vigor, medidas preventivas, no âmbito do processo de revisão do PDM.-----
De acordo com o n° 1 (Delimitação de zonas urbanas diferenciadas) da Proposta 01/DOTDU-MP/06-2014, o prédio objeto da pretensão localiza-se em áreas designadas por A - Espaços urbanos consolidados.-----
As operações urbanísticas que incidem nas áreas designadas por A - Espaços urbanos consolidados estão subordinadas às disposições preconizadas no n° 2 do mesmo documento, devendo cumprir as regras e parâmetros de edificabilidade estabelecidos no item 2.1, os quais deverão ser adaptados e devidamente justificados em estudo urbanístico enquadrador que integre, nomeadamente, as componentes arquitetónica, paisagística e infraestrutural, o qual deverá abranger a zona envolvente do prédio. O técnico apresentou um estudo do índice dominante da envolvente, neste contexto, smo, a pretensão respeita as regras e parâmetros de edificabilidade da envolvente.-----

3.4 Nos Regulamentos Municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

4. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS-----

Não houve.-----

5. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73.º-C⁽⁹⁾, do RMUE e de acordo com o disposto na parte I e no n.º 15 e n.º 16 da parte III, do anexo I da Portaria 113/2015 de 22 de Abril

⁹ Artigo 73.º -C **Procedimento de legalização de operações urbanísticas**
5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a). Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----
i) Certificados emitidos por entidades credenciadas;-----
ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----
iii). Sempre que não seja objetivamente possível dar cumprimento às normas legais em vigor, designadamente normas relacionadas com

e de acordo com o n.º2, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, RJUE, por se tratar de um procedimento de legalização, com exceção ao projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, ou comprovativo da ligação à rede pública existente, Ficha de medição (anexo IV), rectificada.-----

6. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

Quanto aos motivos que estiveram na origem da proposta de indeferimento tomada em reunião de 03/02/2017:-----

6.1 Foi indicado ao requerente que para que o Alvará de licença de utilização seja emitido, e em resultado da vistoria municipal realizada em 10/11/2016, o requerente deveria diligenciar no sentido de apresentar um projeto de alterações, mais concretamente no sentido de o deslocalizar para uma zona do lote junto ao anexo 1, de forma dar origem apenas uma unidade complementar da edificação principal, no sentido de não desrespeitar o alvará de loteamento n.º5/1981 e posteriores alterações e bem assim de colmatar a empena do anexo implantado no lote confinante, favorecendo assim o enquadramento do conjunto edificado.-----

Em face do descrito no ponto anterior, em fase de audiência prévia, veio o requerente apresentar para além da exposição/memória descritiva, um projeto de alterações, ao projeto previamente submetido e objeto de proposta de indeferimento, onde propõe a criação de um "elemento em madeira", fazendo "a junção do anexo 1 ao anexo 2, criando uma unidade", ou seja, "criando um só edifício de anexos". Mais refere que "é vontade do requerente manter a localização do anexo no lado tardoz do lote em vez da lateral direita a fim de resolver a empena do anexo localizado no lote confinante".-----

Mais alegou que "é vontade do requerente criar uma zona mais privativa na zona traseira do lote", bem como, "a mesma já se encontra colmata com vegetação que veda a vista sobre a mesma".-----

6.2 No que concerne ao não cumprimento do artigo 33.º (Anexos e construções secundárias), do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º207-

técnicas de construção, deverá o requerente demonstrar e fazer prova que foram cumpridas as normas vigentes à data da construção;-----

iv) A prova dos factos previstos na alínea anterior poderá ser feita mediante registos fotográficos, cartográficos ou outros caracterizadores da edificação objeto de legalização;-----

v) Comprovativo da ligação à rede pública existente, no caso dos projetos de alimentação e distribuição de energia elétrica, projeto de instalação de gás, projeto de redes prediais de água, esgotos e águas pluviais, e projeto de instalações telefónicas e de telecomunicações.-----

b). Quando não haja lugar à realização de obras de ampliação ou alteração, será igualmente dispensada a apresentação dos seguintes documentos:-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

ii) Estimativa do custo total da obra;-----

iii) Documento comprovativo da prestação de caução;-----

iv) Apólice de seguro de construção;-----

v) Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho;-----

vi) Títulos habilitantes para o exercício da atividade de construção válidos à data da construção da obra;-----

vii) Livro de obra;-----

viii) Plano de segurança e saúde.-----

22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º732/2015, RMUE, o técnico apresentou um "estudo de sombreamento, por forma a demonstrar que a construção do anexo não cria insolação aos edifícios confinantes e no edifício principal o sombreamento é mínimo", mais esclarece que "quanto à questão estética e salubridade a solução apresentada cumpre com todos os requisitos e a mesma não afeta a construção principal "

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1 Analisados todos os factos supra alegados, tendo por base o "estudo de sombreamento" e considerando que a mesma se trata de uma peça idónea, pelo que a pretensão "não cria insolação aos edifícios confinantes, assim a questão do ensombramento estará resolvida, assim como, fazendo fé na memória/exposição do técnico onde refere que "a questão estética e salubridade a solução apresentada cumpre todos os requisitos" neste contexto se o ensombramento e salubridade estão resolvidos, de acordo com a exposição do técnico, assim sendo o projeto de alterações poderá ser aceite. -----

7.2 Uma vez que o processo já se encontra instruído com os projetos de especialidades, necessários à execução da obra (16 do II do Anexo I da Portaria n.º113/2015, de 22 de abril), assim e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 09 de setembro, propõe-se o deferimento final do pedido de licenciamento das obras de correção, consubstanciado nas obras de ampliação da edificação principal e de construção da unidade (composto pelos dois volumes unidos pela pérgula).-----

7.3. Na sequência, em conformidade com o previsto no ponto 1 do artigo 76, do Dec. Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março⁽¹⁰⁾, bem como projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica, ou comprovativo da ligação à rede pública existente, Ficha de medição (anexo IV), retificada e peças desenhadas intituladas "Alterações-Planta de apresentação, ...", desenhos 06, 07, 08, 09 e 10, retificados e em conformidade com o artigo 15.º do RMUE, para que se possa emitir a respetiva licença especial de legalização para a realização de obras de correção, isto é, para a realização das obras de ampliação da edificação principal (garagem e alpendre) e da unidade (composta pelos dois volumes unidos pela pérgula, localizados

¹⁰ - Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

Deve ser apresentado, comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil;-----

Deverá o empreiteiro enquanto responsável pela produção de resíduos de construção e demolição (RCD), ter conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de RCD, de acordo com o modelo constante do anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março.-----

no tardo do lote), complementares da edificação principal, e após a conclusão das referidas obras, apresentar novo requerimento de autorização de utilização.-----

À consideração superior, -----

8. CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²)-----

Edifício destinado a habitação unifamiliar (ampliação) e "edifício de anexos" (sendo a referida unidade composta pela junção dos dois volumes unidos por uma pérgula)-----

PISO	Habitação unifamiliar (ampliação)		Edifício de anexos (composto pela junção dos dois volumes unidos por uma pérgula)		TOTAL
		garagem	alpendre		
1.º andar					
r/chão		43,88	51,18	65,90	
TOTAL					160,96 m ²

Cércea⁽¹¹⁾ - 7,50ml-----

volume - 1300,00m³-----

Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

Como se tratam de obras de edificação em área abrangida por operação de loteamento, não há lugar ao cálculo das taxas de infraestruturas, em conformidade com o ponto 2, do artigo 23, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas. -----

Cálculo das taxas (administrativas) de licenciamento-----

(artigo 66.º da seção IV e artigo 76.º da seção V)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Seção IV	EDIFICAÇÕES			
Subseção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMIÇÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			63,60 €
n.º 11	Anexos, garagens ou lugares de estacionamento, telheiros, hangares, barracões, alpendres e outras construções congêneres, inseridos, ou não, em processos referentes a edifícios identificados nos números anteriores, acresce ao valor referido em 1., por m²	109,78	1,00 €	109,78 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,60 €	69,60 €
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará	1	37,95 €	37,95 €
n.º 18	No caso do aditamento gerar aumento de área bruta de construção, acresce por cada m² adicional	51,18	3,15 €	161,22 €
Seção V	VISTORIAS			
Artigo 76.º	Outras vistorias			
n.º 6	Pela realização de outras vistorias não especialmente previstas	1	52,95 €	52,95 €
	TOTAL			495,10 €

TOTAL A PAGAR..... $\Sigma 0 \text{ €} + 495,10 \text{ €} = 495,10 \text{ €}$

O valor total das taxas a liquidar é assim de 495,10 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro anterior (taxas administrativas).-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.06.2017:-----

¹¹ Designação do limite da altura de um edifício para uma rua; também define uma bitola ou molde para marcar os cortes nas peças de cantaria.

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, o qual deverá ser titulado por alvará de licença especial de legalização a requerer pelo interessado.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. COMPROPRIEDADE DE PRÉDIOS RÚSTICOS, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 331/17 - FAUSTINO MARRACHO CARRICO - ESTRADA PRINCIPAL N.º 35, AVELELAS, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DRA. CATARINA PINTO DATADA DE 19.06.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o n.º 1001/17, respeitante ao processo com o n.º 331/17, em 13 de junho de 2017, veio o Sr. Faustino Marracho Carrico, no sentido de dar cumprimento à informação técnica destes serviços, datada de 30 de maio de 2017, apresentar novos elementos, para que lhe seja emitido o parecer favorável a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, com vista à constituição do regime de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob artigos n.ºs 720 e 1730, da freguesia de Águas Frias, no concelho de Chaves.-----

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1. Na apreciação do pedido apresentado através do requerimento inicial, registado com o n.º 842/17, constatadas que foram algumas deficiências, foi solicitada a sua correção através de apresentação de elementos adicionais¹².-----

(i) Em cumprimento do solicitado, o requerente procedeu à entrega da Cópia da Escritura de Habilitação de Herdeiros.-----

3. ENQUADRAMENTO-----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 1¹³ do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes.

3.2. O n.º 2¹⁴ do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou

1.-----

a) Legitimidade do requerente, em relação ao pedido apresentado;----

b) Relação da pessoa mencionada nas cadernetas prediais rústicas como proprietária dos prédios que irão ser sujeitos ao regime de compropriedade - Gumezinda Marracho, com o Sr. Cândido Carrico, referido como o falecido titular da herança a partilhar;-----

² - A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade

negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana.-----

4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

4.1. Analisados que foram os documentos instrutórios agora anexados ao pedido, considera-se haver elementos suficientes para a produção do parecer solicitado.-----

4.2. O pedido em apreço visa a celebração de uma escritura de partilhas da qual irá resultar a constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 720 e 1730, da freguesia de Águas Frias, no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nas seguintes proporções:-----

a) 1/3 indiviso do prédio sito em Ranjoeiros, registado sob o artigo 720.º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Águas Frias, a atribuir a cada um dos interessados: Carla Marina Marracho Carrico, Joaquim Fernando Marracho Carrico e Faustino Marracho Carrico;-----

b) 1/2 indiviso do prédio sito em Ribeira, registado sob o artigo 1730.º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Águas Frias, a atribuir a cada um dos interessados: Carla Marina Marracho Carrico e Faustino Marracho Carrico;-----

5. PROPOSTA-----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 720 e 1730, da freguesia de Águas Frias, no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos termos descritos nas alíneas a) e b) do ponto 4.2 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do n.º 2, do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade. -----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o n.º1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.06.2017:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante emissão da respectiva certidão.-----

ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios

¹⁴ - O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 110/15, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROCESSO N.º 115/15 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL E RUA JOAQUIM JOSÉ DELGADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.06.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o n.º 2348/16, em 29-12-2016, a promotora solicita a libertação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas subterrâneas no valor de € 600 (seiscentos euros), as quais consistiram nos seguintes trabalhos:-----

-Rua Joaquim José Delgado - Passagem de cabos em condutas de Telecomunicações existentes, na extensão de 53 m.-----

-Avenida Pedro Álvares Cabral - Passagem de cabos em condutas de Telecomunicações existentes, na extensão de 22 m.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 23-07-2015, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 110/15, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações, nos arruamentos supra referido.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 22 de maio de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na rua Joaquim José Delgado e na avenida Pedro Álvares Cabral, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Provisória, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 110/15, são passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de receção provisória das obras Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 110/15.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, a caução poderá ser libertada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o n.º 115/15 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a libertação do montante de **€ 600 (seiscentos euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia emitida pela DAF.02, em 23-07-2015, com N.º 143, constante no processo a folha n.º 96.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.06.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito elencados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente à recepção provisória das obras em causa e à concomitante libertação da caução referida no item 6.3 deste documento.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO N.º 62/15, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROCESSO N.º 388/14 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - LARGO DE SANTO AMARO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.06.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o n.º 2312/16, em 21-12-2016, a promotora solicita a libertação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas subterrâneas, no valor de € 600 (seiscentos euros), as quais consistiram nos seguintes trabalhos:

- Largo de Santo Amaro - Passagem de cabos em infraestruturas existentes de Telecomunicações, na extensão de 120 m;-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 21-04-2015, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 62/15, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio

público, para a passagem de cabos em Infraestruturas existentes, no arruamentos supra referido.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 29 de maio de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no Largo de Santo Amaro, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Provisória, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 62/15, são passíveis de serem objecto de recepção provisória.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção provisória das obras Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 62/15.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, a caução poderá ser libertada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 388/14 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a libertação do montante de **€ 600 (seiscentos euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia emitida pela DAF.02, em 21-04-2015, com Nº 68, constante no processo a folha nº 93.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 19.06.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados nesta informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal adoptar uma deliberação conducente ao deferimento do pedido de recepção provisória das obras em causa e a concomitante libertação da caução referida no item 6.3 deste documento.-----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS, DATADO DE 2017.06.19. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. MUSEALIZAÇÃO DAS TERMAS ROMANAS DE CHAVES - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS - PARA RATIFICAÇÃO.-----

Foi presente a informação nº 237/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 10 de abril de 2017, deliberou por maioria, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso, de pedidos de esclarecimentos, as empresas Teixeira, Pinto & Soares, S.A e Edivisa - Empresa de Construções, S.A. vieram a apresentar os respetivos pedidos.-----

Após análise dos pedidos de esclarecimentos apresentados, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

Nos termos do exposto no nº 2 do artigo 50º, os esclarecimentos são prestados por escrito, pelo órgão para o efeito indicado no programa do procedimento ou no convite, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.-----

De acordo com a ata do júri, em anexo, venho por este meio elaborar a seguinte proposta-----

II - Proposta-----

--Que o prazo para a entrega das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 da art.º 64, do CCP, seja prorrogado por 30 dias, estabelecendo-se para o efeito novos limiares para a apresentação de pedidos de esclarecimentos (1/3 do prazo), resposta aos pedidos de esclarecimentos (2/3 do prazo) e apresentação de listas de erros e omissões (5/6 do prazo),-----

Submeter à aprovação do órgão municipal competente para a tomada de decisão de contratar, no caso a câmara municipal, a aprovação, nos termos do disposto no número 3, do art.º 50, do CCP, em conjugação com o n.º 4 do art.º 64, a aprovação da prorrogação de prazo para apresentação das propostas;-----

Que, de acordo com o mesmo artigo, o aviso de prorrogação seja publicado em Diário da República;-----

Que, considerando a urgência na tomada de decisão, já que estamos perante uma obra objeto de financiamentos comunitários, sendo imprescindível o cumprimento escrupuloso dos prazos estabelecidos para a sua conclusão, e, considerando ainda que não se torna, objetivamente possível a convocação de uma reunião extraordinária do órgão executivo, se faça uso do disposto no n.º 3 do artigo 35 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propondo a aprovação da presente

informação, pelo Sr. Presidente da Câmara e a sua ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.-----

Sequencialmente tais atos deverão ser sujeitos a ratificação, em sede da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, sendo, para o efeito, o presente assunto integrado na respetiva ordem de trabalhos.-----

Nos termos do nº4 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 13 de junho de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.13.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.13. -----

Aprovo. À reunião de Câmara para ratificação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 13 de junho de 2017. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, fundamentando a sua abstenção, pela discordância com a intervenção das obras do exterior do edifício, na sua dimensão concetual, dando as mesmas um ar de posto de combustível. -----

1.2. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL - VILELA SECA E REMODELAÇÃO DE RESERVATÓRIO DE VILELA SECA - AUTO DE MEDIÇÃO N.6/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n.º 6/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 40.250,29 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.19.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.19. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor €40.250,29 (Quarenta mil, duzentos e cinquenta euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3 - REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 1 DE CHAVES - JARDIM DE INFÂNCIA DO CINO-CHAVES" - RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente a informação nº 246/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª. Série, nº 73, de 12 de abril de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Requalificação Escola Básica de N.º 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves".-----

II - Fundamentação-----

Foi elaborado o relatório preliminar, onde se propôs a adjudicação da empreitada à empresa "Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A." pelo valor de 384.990,00 € (Trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa euros).-----

Promoveu-se de imediato à respetiva audiência prévia escrita e a empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A., apresenta alegações, no sentido de contrariar a ordenação das propostas, conforme melhor se comprova pelo relatório final, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que delibere no sentido de:-----

1. Aprovação do relatório final da empreitada "**Requalificação Escola Básica de N.º 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves**";-----

2. A adjudicação da empreitada à empresa "**Anteros Empreitadas, Sociedade de Construção e Obras Públicas, S.A.**" pelo valor de 384.990,00 € (Trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa euros), IVA não incluído, com um prazo de execução de **90 dias**, remetendo-se o mesmo relatório final à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal.-----

De salientar que o valor total da proposta (384.990,00 €) tem enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor na Ação 2017 I 5.-----

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, se remeta o procedimento ao Gabinete de Notariado e Expropriações, com vista à celebração do respetivo contrato com o adjudicatário.-----

À consideração superior-----

Divisão de Obras Públicas, 19 de junho de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues)-----

Em Anexo: Relatório Final-----

RELATÓRIO FINAL-----

No dia 19 do mês de junho de 2017, pelas 10h00, na Divisão de Obras Públicas, reuniu o Júri designado para o concurso supramencionado, constituído pelos seguintes membros:-----

- Presidente: António José Pereira Malheiro Rodrigues-----

- 1.º Vogal: Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

- 2.º Vogal: Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra-----

com o fim apreciar as alegações apresentadas em sede de Audiência Prévia dos interessados, nos termos do disposto no artigo 123º do CCP, pelo concorrente Teixeira, Pinto & Soares, S.A. que deram entrada através da plataforma eletrónica no prazo legalmente disponível para o efeito.-----

1 - Das alegações da empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A.-----

a) Em traços gerais, na exposição proferida pela empresa "Teixeira, Pinto & Soares, S.A.", esta, no sentido de contrariar a ordenação das propostas, na fase de análise das mesmas, vem propor a exclusão da proposta do concorrente Anteros - Empreitadas, Soc. Const. e O. Públicas, S.A., por não ter respeitado o modo de apresentação dos documentos que acompanham a proposta do modo definido e exigido pela entidade adjudicante, designadamente do ponto 5.1.4 do programa do procedimento.-----

Alegando para o efeito o seguinte:-----

i) O concorrente elencado em 1.º lugar para efeitos de adjudicação - Anteros - Emp. Soc. De Const. e Obras Públicas, S.A - procedeu à submissão da sua proposta com recurso a uma pasta comprimida, em formato ZIP, da qual constam todos os documentos instrutórios exigidos no 7.º do programa do Procedimento. Porém, nem todos os documentos que acompanham a proposta se encontram assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica avançada-----

ii) O CCP consagrou expressamente no art.º 62 o modo de apresentação das propostas. Assim, o n.º 1 da citada disposição, estabelece que "os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, (...) " e o n.º 4, que "os termos a que deve obedecer a apresentação das propostas (...) são diploma próprio" Os diplomas que regula a apresentação das propostas são o Decreto-Lei n.º 143-A, de 25 de julho e a Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.-----

iii) O artigo 27.º, n.º 1, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho, dispõe que "Todos os documentos carregados nas plataformas eletrónicas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada."-----

iv) Logo, decorre desta disposição legal a necessidade de todos os documentos serem assinados eletronicamente, pelo que tendo o legislador utilizado o termo "documento" e não o de "ficheiro", tem como consequência a necessidade de todos os documentos que constem de um ficheiro zipado serem assinados.-----

v) Nos termos do art.º 146, n.º 2, alínea l) do CCP, ". (...) o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas: (...) l) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no art.º 62.º", o que abrangerá as regras constantes na Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho aplicável por remissão do artigo 62, n.º 4, do CCP, pelo que o Júri deve excluir a proposta apresentada do concorrente elencado em 1.º lugar, por não se encontrarem todos os documentos da proposta assinados eletronicamente.-----

vi) A imposição da obrigatoriedade de todos os documentos serem assinados digitalmente encontra o seu fundamento na segurança jurídica, quer ao nível de autenticidade e fidedignidade da documentação apresentada por um concorrente e inviolabilidade dos documentos apresentados, este é de resto o entendimento sufragado pela doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores.-----

vii) A não apresentação da proposta com aposição de assinatura eletrónica avançada individualmente, em cada um dos documentos que a integram, quando assim exigido expressamente pelo programa do procedimento, constitui uma formalidade essencial cuja violação determina a exclusão da proposta do concorrente ordenado em 1.º lugar, nos termos do disposto no artigo 146, n.º 2, alínea d), do CC, o que aqui expressamente se requer.-----

E em consequência que seja corrigido o relatório preliminar, excluindo a proposta do concorrente "Anteros-Empreitadas, Soc. Const. e Obras

Públicas, S.A" e ordenando em 1.º lugar, a proposta do concorrente "Teixeira, Pinto & Soares, S.A"-----

2 - Da apreciação das alegações, por parte do júri-----

1 - O concorrente "Anteros - Emp. Soc. De Const. e Obras Públicas, S.A", apresenta os seus documentos numa pasta compactada, estando todos os documentos não editáveis (.pdf) assinados digitalmente, incluindo a lista de preços unitários.-----

2 - Encontra-se ainda nessa pasta um documento - lista de preços unitários, em formato editável (.xls) que não se encontra assinado digitalmente. Ora, este documento é, precisamente, o original que, depois de aposta a assinatura digital, dá origem ao documento não editável assinado e que, como já foi referido, se encontra na referida pasta.-----

3 - Não se coloca aqui em causa quer a autenticidade quer a fidedignidade de qualquer documentação apresentada, já que o documento em causa existe em duplicado, e a sua versão não editável encontra-se devidamente assinada.-----

4 - Quer o Decreto-Lei n.º 143-A/2208, de 25 de julho, quer a Portaria 701-G/2008, de 29 de julho encontram-se revogados.-----

3 - Da deliberação do Júri-----

Face ao exposto, o júri deliberou por unanimidade, o seguinte:-----

a) Julgar improcedentes as alegações apresentadas pelo concorrente "Teixeira, Pinto & Soares, S.A." em virtude das mesmas não serem suscetíveis de justificar a alteração do sentido de decisão anteriormente expresso no relatório preliminar.-----

b) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - a adjudicação da empreitada **Requalificação da Escola Básica n.º 1 de Chaves - Jardim de Infância do Cino-Chaves** pelo valor de **384.990,00€** (Trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa Euros) IVA não incluído, à empresa **"Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A."** com um prazo de execução de **90 dias** -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar despesa, no caso, a Câmara Municipal;-----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, que vai ser assinado pelos membros do júri-----

Chaves, 19 de junho de 2017-----

AnexoI - Ordenação das propostas-----

AnexoII - Alegações da empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A.-----

O Júri do Procedimento-----

O Presidente-----

António José Pereira Malheiro Rodrigues-----

Os Vogais-----

Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues-----

Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.20. -----

À reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4 -APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA. -----

Foi presente a informação nº 244/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 28 de 08 de fevereiro de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Lote 3: Requalificação da Avenida Irmãos Rui e Garcia Lopes".-----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Anteros Empreitadas Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A., a execução da referida empreitada.-----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 05 de junho de 2017. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 319.940,00 € (Trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 150 dias.-----

5 - O início da produção de efeitos do contrato de acordo com o n.º 1 do artigo 362º do CCP, encontra-se previsto para o dia 19 de junho de 2017.-----

6 - O adjudicatário, apresentou a 13 de junho de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.---

II - Fundamentação-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra.-----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de:-----

1. Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em anexo;-----
2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco;-----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação;-----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho).-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 19 de junho de 2017-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.20. -----

À reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.5 - CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA. -----

Foi presente a informação nº 242/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

Em reunião do executivo datada de 9 de junho de 2016, foi aprovado o projeto de execução da "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo", com a finalidade de agilizar e simplificar as expropriações, tornou-se necessário redimensionar o traçado da rede, por forma a minimizar a entrada em terrenos particulares.-----

Através do ofício n.º15263/2016 de 15/06/2016, a Entidade Regional da Reserva Agrícola do Norte, emite parecer favorável.-----

A Direção Regional de Vila Real das Infraestruturas de Portugal, veio a solicitar esclarecimentos que na presente data já foram prestados.- Assim, para conhecimento e respetiva aprovação, apresenta-se em anexo o projeto e processo de procedimento para a execução da obra "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo".-----

O presente projeto pretende dotar toda a aldeia de infraestruturas da rede de saneamento de águas residuais domésticas, bem como instalar uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Domésticas. Prevê-se a instalação de tubagem enterrada, execução de caixas de visita e ramais domiciliários.-----

II - Da Proposta-----

Face ao descrito propõe-se:-----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos;-----
2. Que seja autorizado, pelo executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas e Redondelo".-----
3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 275.00,00 Euros, (Duzentos e setenta e cinco mil euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----
4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adotado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia;-----
5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:--
 - a) Aprovação do projeto;-----
 - b) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008-----
 - c) Programa de Procedimento;-----
 - d) Caderno de Encargos;-----
 - e) Plano de Segurança e Saúde;-----
 - f) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-
6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 150 dias.-----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----

Presidente: Vítor Pereira-----

1º Vogal efetivo: Amélia Rodrigues-----

2º Vogal efetivo: Fernanda Serra-----

Suplentes:-----

1º Vogal suplente: Madalena Branco -----

2º Vogal suplente: Paulo Branco-----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----

9. Entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5 do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----

- Levantamento e análise de campo - Para a execução dos trabalhos previstos, foram analisados os levantamentos topográficos existentes e efetuada análises de campo;-----

- Estudo geológico - geotécnico - Foi considerada a informação geológica - geotécnica existente, da área de intervenção considerada no projeto;-----

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não se encontra sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Foi já identificada a parcela a expropriar para a implantação da ETAR e travessia de coletores;-----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----

10. O Programa de Concurso veio a estabelecer, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual na proposta é considerada anormalmente baixa.-----

Tal estratégia de atuação merece acolhimento, por parte do órgão competente para tomada de decisão, no âmbito da aprovação das peças do procedimento, no caso, caderno de encargos e programa de concurso, indissociável da decisão de contratar.-----

A estratégia utilizada, pela entidade responsável pela decisão de contratar, centrada no recurso ao mecanismo previsto no nº 2, do artigo 132, no âmbito do procedimento clássico do concurso público muito concretamente, no que concerne à determinação qualitativa do preço anormalmente baixo face ao estipulado no artigo 71 do CCP, tem como fundamento a seguinte ordem de razões a saber:-----

a) Garantir do equilíbrio contratual indivisível da afixação do preço contratual, vertido na proposta, face ao preço base exigido no caderno

de encargos, princípio fundamental para a boa execução de empreitadas de Obras Públicas.-----

b) Contratar na medida do possível e de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a substivação desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí inerentes para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual, nas obras públicas de complexidade relevante ou de grande expressão financeira-----

11.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 275.000,00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.4.3. 0102/07010403 0204 2016 I 57.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 19 de junho de 2017-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.^a Amélia Cristina Rodrigues)-----

Em anexo:-----

- Projeto de Execução,-----

- Modelo de Anúncio de Concurso Público;-----

- Programa de Procedimento,-----

- Caderno de Encargos,-----

- Plano de Segurança e Saúde;-----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.20. -----

À reunião de câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

1.6 - ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA. REJEIÇÃO DE ERROS E OMISSÕES. -----

Foi presente a informação nº 247/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 15 de maio de 2017, deliberou, autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista á adjudicação da empreitada em causa.-----

Na fase correspondente á apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A veio a apresentar uma lista de erros e omissões.-----

Após análise da lista de erros e omissões apresentada, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão.-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A rejeição dos erros e omissões apresentados, anexando-se a este documento a análise do Júri do Concurso. -----

b) Que, dado que a próxima reunião ordinária de Câmara apenas se realiza no próximo dia 23 de junho, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61 do CCP, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município já que a obra se encontra inscrita no programa POSEUR, dispondo de um prazo limitado para a sua realização física e financeira, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados.-----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 23 de junho de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.-----

d) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão.-----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº3 do artigo 64ª do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder á prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º.-----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 26 de junho de 2017, até às 17 horas.-----

À consideração Superior.-----

Divisão de Obras Públicas, 20 de junho de 2017.-----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Rodrigues)-----

Análise de erros e omissões - Adutora Parque Empresarial Chaves - Urzeira e Remodelação do reservatório de Urzeira-----

1 - Aos 20 dias do mês de junho de 2017, o Júri do concurso reuniu para proceder à análise das listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados nos termos do art.º 61 do CCP e ulteriores alterações.-----

2 - As listas de erros e omissões foram apresentadas pela empresas Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A., dentro do prazo legalmente fixado.-----

3 - O documento entregue, que se encontra em anexo, tem a designação "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo" e, após análise do seu conteúdo, verifica-se que este, em nada se relaciona com o procedimento em análise.-----

4 - Face ao exposto, a lista apresentada é rejeitada, não havendo lugar a qualquer alteração no mapa de quantidades patente a concurso, nem do preço base.-----

Chaves, 20 de junho de 2017-----

O Júri do Concurso-----

Presidente-----

(Amélia Cristina Gonçalves Rodrigues, -----

1.º Vogal-----

(Artur Lopes Baltazar)-----

2.º Vogal-----

(José Luís de Figueiredo Araújo)-----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.06.20. -----

Aprovo. À reunião de Câmara para ratificação.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido, pelo Senhor Presidente da Câmara, do dia 20 de junho de 2017. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. ANULAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. EXECUTADO: JORGE MANUEL FERREIRA. INFORMAÇÃO Nº125/DAR/2017.

Foi presente a informação nº125/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra, para todos os efeitos legais.--

I - Preliminares

Ao cliente acima referenciado foi emitida uma fatura com o (nº 0791609/09000594 no valor) de 2100.43€ em 2016-10-12.-----

Tendo o consumidor constatado a existência de uma discrepância entre o registo de consumo que o contador marcava 323m3 e o indicado na fatura 786m3 deslocou-se aos serviços a fim de esclarecer o sucedido, tendo apresentado uma fotografia comprovativa do afirmado e que abaixo se reproduz.-----



Apesar de se ter comprovado a irregularidade na faturação emitida, os serviços não procederam à correção de leituras e retificação da fatura, o que originou que a partir daí as faturas emitidas, por estimativa, fossem calculadas tendo por base uma estimativa de consumo errada, cujo valor é o abaixo discriminado:-----

Documento de Pagamento em execução fiscal-----

16100790101788699-----

Enviado ao Cliente-----

2016-11-30-----
 264.43€-----
 Documento de Pagamento em execução fiscal-----
 16110790102280699-----
 Enviado ao Cliente-----
 2017-01-09-----
 281.59€-----
 Documento de Pagamento em execução fiscal-----
 16120790101852099-----
 Enviado ao Cliente-----
 2017-02-06-----
 271.31€-----
 Documento de Pagamento-----
 17020790101956299-----
 Enviado ao Cliente-----
 2017-04-03-----
 271.31€-----
 Documento de Pagamento-----
 17030790102217899-----
 Enviado ao Cliente-----
 2017-05-09-----
 264.43€-----
 Documento de Pagamento-----
 17040790102022799-----
 Enviado ao Cliente-----
 2017-06-05-----
 257.57€-----

Atendendo a que o consumidor esperava que o assunto fosse resolvido pelos serviços não procedeu ao pagamento da fatura em causa, bem como das faturas seguintes pelo que se solicita que sejam anuladas as execuções fiscais e atrasos de pagamento para que se possa proceder à retificação das faturas em causa.-----

Assim a fatura n.º 0791609/09000594 deverá ficar com uma leitura de 323m3 e as seguintes com leituras de 323m3 a 505m3 que é o registo de contagem que atualmente tem o contador. -----

II - Enquadramento Legal-----

1.Nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 10º, do CPPT, conjugada com o n.º 1, do artigo 7º, do Decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro e ulteriores alterações, a Câmara Municipal de Chaves pode proceder à revisão oficiosa do ato tributário.-----

2.Nos termos do n.º 1, do artigo 78º, da Lei Geral Tributária, a revisão do ato tributário pode ser realizada por iniciativa da administração tributária, no prazo de quatro anos após a liquidação ou a todo o tempo se o tributo ainda não tiver sido pago, com fundamento em erro imputável aos serviços.-----

3.Determinando-se, na sequência da retrocitada revisão, a existência de erro imputável aos serviços, poderá ser anulada a respetiva dívida e, conseqüentemente, extinto o processo de execução fiscal, com base no disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 176º, do CPPT.-----

4.Ora, atendendo a que o erro é devido a um lapso dos serviços da Divisão de Águas e Resíduos, julgamos, salvo melhor opinião, que as execuções fiscais e atrasos de pagamento devem ser anulados.-----

III - Propostas -----

a)Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa-----

b)Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c)Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos;-----

d)De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira.-----

Chaves, 06 de junho de 2017.-----
O Chefe de Divisão-----

(Eng. José António T.F. Carneiro)-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.16 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. SÓNIA MENDES SANCHES FARIA. INFORMAÇÃO Nº126/DAR/2017. -----

Foi presente a informação nº126/DAR/2017, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 22 de maio de 2017, um pedido em nome de Sonia Mendes Sanches Faria, contribuinte n.º225788276, a solicitar o pagamento em prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na rua do Lombo nº120 em Vilar de Nantes;-----

A 31 de maio de 2017, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;-----

Apresentou a requerente certidão emitida pela direção de finanças de Chaves, certificando a não entrega de declaração de IRS relativa ao ano de 2016, bem como da não obtenção de quaisquer rendimentos nesse ano que obrigassem à sua entrega;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;-----

O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;-----

A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência

de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;-----
 Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido a 951,99€;-----
 Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;-----
 Considerando que o valor da dívida está compreendido entre os 751€ e os 1000€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 100€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 10 prestações, dá cumprimento ao exigido.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 951,99€ por parte da peticionária, em 10 prestações mensais;-----

b)Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c)Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 07 de junho de 2017.-----

O Chefe de Divisão-----

(Engº José António T.F. Carneiro)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.12 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.12 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL****2.1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - VIATURA 80-PZ-22, PROPRIEDADE DE HUGO GONÇALVES DE ABREU MIRANDA. INF. N° 02/SA/17. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No seguimento da exposição apresentada pelo Sr. Hugo Gonçalves de Abreu Miranda, na qual responsabiliza o Município pelos danos causados na sua viatura Mercedes, com matrícula 80-PZ-22, provocados no decorrer da limpeza/corte de ervas em passeios com motorroçadora, na rua do Paraíso - Aregos.-----

Feitas as diligências necessárias pela Divisão responsável e após peritagem por parte da seguradora, foram considerados prejuízos no valor de 240,00€ (duzentos e setenta euros e sessenta cêntimos).----- Como o sinistro se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia aplicada, 10% do valor dos prejuízos indemnizáveis, no mínimo 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).-----

Tendo em conta que a Companhia de Seguros, efetuou diretamente o pagamento total do prejuízo ao lesado, deverá o Município reembolsar a seguradora em 240,00€ (duzentos e quarenta euros) referente ao valor da franquia.-----

Mais se informa, que a referida despesa dá cumprimento à LCPA, através do cabimento n° 1464/2017 e do compromisso n° 1865/2017.-----

Chaves, 07 de Junho de 2017-----

A assistente técnica -----

(Em anexo respetivo processo)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.06.07. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.08 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.08 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO DA LEI N.º 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 21/GNE/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE2017), aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços.-----

Nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 49º, "a celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste";-----

No entanto o n.º 12, do art.º 49.º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo;-----

Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;-----

Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contrato de Aquisição de Serviços, sujeito à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação:-----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contrato de Aquisição de Serviços, sujeito à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 16 de junho de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: A referida listagem da celebração de Contrato de Aquisição de Serviços. -----

CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (Lei 42/2016 de 28/12, n.ºs 4 e 12, do art.º 49.º) -----

Ajuste Direto	Designação do Procedimento	Data			Adjudicatário		Valor do Contrato S/Iva
		Abertura do Procedimento	Adjudicação	Contrato			
16/SC/2017	Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto de "Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Fernão de Magalhães".	06.04.2017	18.05.2017	14.06.2017	Nome: André Campos . Joana Mendes - Arquitectos, Lda.	Sede: Rua António Patrício, n.º 92, 1.º Esq., Guedes de Azevedo, n.º 119, 5.º Hab.º 9, freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, 4150-099 Porto	€ 18.190,00

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.16 -----

À reunião de câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3. PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL PARA ALIENAÇÃO/LOCAÇÃO DE LOTES NO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES" E "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA". RELATÓRIO DE ANÁLISE DA 2ª FASE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS (18-04-2017 a 01-06-2017). RELATÓRIO Nº 2. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1- No dia treze de junho de dois mil e dezassete, pelas onze horas, no Gabinete do Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado, reuniu a comissão responsável pela liderança e coordenação do presente procedimento concursal, constituída pelo **Presidente**, Dr. Marcelo Delgado, pelo **2º Vogal efetivo**, Dra. Cristina Rodrigues, e, na ausência do 1º Vogal efetivo, pelo **Vogal suplente**, Arq. António Malheiro. ----

2- A reunião em causa teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

i. Proceder à análise do requerimento da firma SGM FRUIT, S.A que veio, em sede de Audiência prévia dos interessados, determinada na reunião ordinária do executivo municipal do passado dia 15 de maio de 2017 (tendo por base o Relatório de análise da 1ª fase de apresentação de candidaturas, elaborado por esta Comissão), apresentar esclarecimentos adicionais sobre o sentido de decisão proposto pela Comissão ao executivo Municipal; -----

ii. Realizar as diligências procedimentais inerentes ao ato público de abertura de propostas recebidas no âmbito da 2ª fase de candidaturas para adjudicação do direito de propriedade/locação de lotes integrados no "Parque de Atividades de Chaves" e "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", que decorreu desde o dia 18-04-2017 até ao dia 01-06-2017. -----

ANÁLISE DA AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS DA 1ª FASE -----

3- Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado, lembrou que o requerente, face aos elementos constantes na Memória Descritiva e no formulário da candidatura apresentados na 1ª fase, dava a entender que a atividade que pretendia instalar no lote A9 do loteamento do Parque de Atividades de Chaves, era de armazenagem e não industrial. -----

4- O destino pretendido, aparentemente, não estava em conformidade com as especificidades do alvará de loteamento, o qual prevê um uso industrial para o lote em causa, tendo por isso, a Comissão decidido propor ao executivo municipal, a intenção de rejeitar a candidatura.-

5- Em sede de audiência dos interessados¹⁵, o candidato veio, através de requerimento com registo nº 4355, apresentar novos documentos, que permitem caracterizar melhor a atividade a instalar, e comprovar que a mesma se destina, inequivocamente, a uma atividade industrial. -----

6- Face a estes novos argumentos, a Comissão considerou que a candidatura não viola as normas legais ou regulamentares que lhe são aplicáveis, pelo que, já se apresenta em condições de ser submetida à respetiva análise de mérito, em conformidade com o estipulado no artigo 12º (análise do processo e critérios de apreciação das candidaturas), do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com a "Proposta nº 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017. -----

7- Face ao exposto, a Comissão procedeu à análise de mérito da candidatura e à respetiva aferição dos critérios de seleção da mesma, com exceção do critério da viabilidade económico-financeira do projeto

¹⁵ Ofício com a referência 208/DSC/2017, datado de 23.05.2017. -----

de investimento, uma vez que essa análise, em conformidade com a metodologia de trabalho definida na 1ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 29 de março de 2017, deverá ser efetuada por técnicos da Divisão de Gestão Financeira. -----

8- Verificou-se da análise efetuada que, mesmo sem atribuição de pontuação ao critério da viabilidade económico-financeira, a candidatura obtém a pontuação total de 11 valores, pelo que, em conformidade com o artigo 13º (Modelo de Avaliação das candidaturas) do Regulamento referido, apresenta-se em condições de ser admitida, com nível de pontuação razoável. -----

9- Face a esta situação, e tendo em conta que se trata de uma candidatura já apresentada na 1ª fase, e, como tal, assume um carácter urgente na tomada de decisão, a Comissão entendeu que, pese embora o processo deva ser remetido à Divisão de Gestão Financeira, tendo em vista a respetiva avaliação da viabilidade económico-financeira do projeto, para cumprimento do Regulamento, tal análise não irá prejudicar substantivamente a apreciação da candidatura em causa, visto ela já ter pontuação favorável. -----

10- Por esse motivo, a Comissão deliberou sugerir o agendamento do presente assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, a ocorrer no próximo dia 23 de junho de 2017, propondo a adjudicação do lote A9 à firma SGM FRUIT, S.A., bem como encetar os procedimentos necessários para a subsequente formalização do respetivo Contrato, em conformidade com o estipulado no artigo 15º (Preço e condições de venda e ou locação dos lotes) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", com as devidas adaptações, em articulação com a "Proposta nº 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017. -----

11- Para os devidos efeitos, a Divisão de Gestão Financeira deverá produzir a informação solicitada, por forma a que este assunto possa ser proposto para agendamento na referida reunião. -----

ANÁLISE DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NA 2ª FASE -----

12- O presidente da Comissão deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, com a abertura de propostas recebidas no âmbito da 2ª fase de candidaturas e com a identificação dos requerentes por ordem de entrada das respectivas candidaturas, a saber: -----

Número Atribuído à cand.	Requerente	Empresa	Nº entrada	Data entrada	Lote pretendido
1	Ricardo Edgar Nogueira Ramos	Ricardo Edgar Nogueira Ramos (empresário em nome individual)	3818	16-05-2017	B11 (Loteamento do Parque de Atividades de Chaves)
2	Paula Alexandra dos Santos Antunes	Paula Alexandra dos Santos Antunes (empresário em nome individual)	3819	16-05-2017	B11 (Loteamento do Parque de Atividades de Chaves)

13- Identificados os requerentes, a Comissão promoveu a apreciação formal das candidaturas, no que diz respeito à verificação da regularidade da instrução das mesmas, de acordo com o estipulado no artigo 11º (Instrução do processo de candidatura), do referido regulamento, tendo verificado que ambas as candidaturas se apresentam instruídas com todos os documentos solicitados, com exceção da "Cópia ou Código de Acesso à consulta das declarações relativas à situação contributiva da empresa perante a Segurança Social e a Administração Fiscal". -----

14- Neste sentido, uma vez que estes documentos fazem parte dos elementos obrigatórios para instrução do processo de candidatura, a Comissão deliberou que os requerentes deverão apresentar os supracitados documentos em falta, para efeitos de complemento do processo de candidatura, estabelecendo-se, para o efeito, o prazo de 3 dias, úteis, para a sua apresentação, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, do artigo 12.º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves" . -----

15- No que diz respeito à candidatura n.º 1, tendo-se constatado que o requerente já tinha submetido candidatura na 1.ª fase, a qual, pelos motivos expressos no 1.º Relatório da Comissão, foi rejeitada liminarmente, mas cujo processo continha a Declaração da Segurança Social ainda válida, a Comissão decidiu aproveitar este documento para apreciação da candidatura atual, pelo que o requerente, apenas, deverá apresentar a declaração relativa à situação contributiva da empresa, perante a Administração Fiscal. -----

16- Posto isto, e considerando que estas deficiências detetadas na instrução da candidatura, poderão ser facilmente sancionadas pelos requerentes através da respetiva apresentação dos documentos em falta, e uma vez que o conteúdo desses documentos não interfere diretamente com a análise substantiva das referidas candidaturas, a Comissão decidiu admitir ambas, e proceder à respetiva análise de mérito de cada uma delas. -----

17- Para os devidos efeitos, e tendo em consideração que: -----

a) na metodologia de trabalho definida na 1.ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 29 de março de 2017, para se proceder ao preenchimento integral da grelha de avaliação que contém a densificação dos fatores e sub-fatores em apreciação, é necessário que a Divisão de Gestão Financeira proceda à respetiva análise da viabilidade económico-financeira de ambos os projetos de investimento; -----

b) de acordo com o que ficou definido na 2.ª reunião da Comissão, ocorrida no dia 24 de abril de 2017 e presente na reunião do executivo municipal do dia 15 de maio de 2017, as candidaturas que venham a ser apresentadas, a partir desta data, terão de ser instruídas com documentos adicionais de natureza económico-financeira, nomeadamente: (i) Balanço, (ii) Demonstração de resultados e (iii) Fluxos de Caixa previsionais para todo o período de investimento. -----

18- A Comissão deliberou que, antes de proceder à análise dos restantes fatores de avaliação de mérito das candidaturas, os requerentes deverão apresentar os citados documentos de natureza económico-financeira, em conformidade com o estipulado no n.º 1, do artigo 12.º (análise do processo e critérios de apreciação das candidaturas) do regulamento em causa, para que os mesmos possam ser posteriormente encaminhados para a Divisão de Gestão Financeira, a fim desta divisão proceder à respetiva análise económico-financeira das candidaturas em apreço. -----

19- Após esta análise, a Comissão reunirá novamente para atribuição da classificação final das candidaturas, a qual deverá ocorrer, preferencialmente, a tempo de poder submeter a proposta de decisão, à consideração do executivo municipal, na próxima reunião da Câmara Municipal do dia 03 de julho de 2017. -----

20- Assim, face ao que foi exposto, a Comissão deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Relativamente à Audiência prévia dos interessados da 1.ª fase de candidaturas, propor a adjudicação do lote A9 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves à firma SGM FRUIT, S.A., uma vez que (i) a mesma veio comprovar que, os pressupostos que estiveram na base da

intenção inicial da Comissão em rejeitar a candidatura não se verificam, e uma vez que (ii) a pontuação final obtida através do somatório das pontuações parciais dos fatores classificativos, com exceção da viabilidade económico-financeira, é de 11 valores, pelo que, em conformidade com o estipulado na alínea b), do artigo 13º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves" em articulação com a "Proposta nº 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017, a candidatura está em condições de ser admitida, com um nível de projeto razoável; -----

b) Relativamente à candidatura nº 1 apresentada nesta 2ª fase, por Ricardo Edgar Nogueira Ramos, solicitar o envio dos seguintes documentos: -----

(i) Cópia ou Código de Acesso à consulta da declaração relativa à situação contributiva da empresa perante a Administração Fiscal, para efeitos de complemento da instrução da candidatura; -----

(ii) Balanço, Demonstração de resultados e Fluxo de Caixa previsionais para todo o período de investimento, para cumprimento do determinado na 2ª reunião da Comissão, ocorrida no dia 24 de maio 2017, relativamente aos elementos adicionais de natureza financeira, necessários para a correta análise da viabilidade económico-financeira da candidatura. -----

c) Relativamente à candidatura nº 2 apresentada nesta 2ª fase por Paula Alexandra dos Santos Antunes, solicitar o envio dos seguintes documentos: -----

(i) Cópia ou Código de Acesso à consulta das declarações relativas à situação contributiva da empresa perante a Segurança Social e Administração Fiscal, para efeitos de complementos da instrução da candidatura; -----

(ii) Balanço, Demonstração de resultados e Fluxo de Caixa previsionais para todo o período de investimento, para cumprimento do determinado na 2ª reunião da Comissão, ocorrida no dia 24 de maio 2017, relativamente aos elementos adicionais de natureza financeira, necessários para a correta análise da viabilidade económico-financeira da candidatura; -----

d) Submeter o presente relatório à próxima Reunião de Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

e) Por fim, caso haja deliberação nos termos preconizados, adotar a seguinte estratégia procedimental: -----

i) Proceder à notificação de todos os requerentes sobre as decisões tomadas, concedendo aos interessados das candidaturas nº1 e nº 2, apresentadas nesta 2ª fase, o prazo de 3 dias úteis, a contar da respetiva notificação, para que os requerentes apresentem os documentos solicitados nas alíneas b) e c) antecedentes, em conformidade com o previsto no Código do Procedimento Administrativo, em articulação com o previsto no nº 1, do artigo 12º do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves";

ii) Encaminhar o processo da candidatura da firma SGM FRUIT, S.A, para o Gabinete de Notariado e expropriações, a fim deste encetar os procedimentos necessários à formalização do respetivo Contrato-Promessa de Compra e venda do lote A9 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, em conformidade com o estipulado no artigo 15º (Preço e condições de venda e ou locação dos lotes) do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", com as devidas adaptações, em articulação com a "Proposta nº

29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017. -----
Chaves, 13 de junho de 2017 -----

O Presidente da Comissão -----

Dr. Marcelo Delgado -----

Na ausência do 1º Vogal efetivo, o Vogal suplente -----

Arq. António Malheiro -----

2º Vogal Efetivo -----

Dra. Cristina Rodrigues -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.20 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor do relatório supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2.4. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO-EXPOSIÇÃO " ARQUITECTURA SOBRE TELA"/PREÇO DE VENDA DE CATÁLOGO/REDUÇÃO DO PREÇO DE BILHETE. INFORMAÇÃO DDSC Nº69/DDSC/ANO 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e Fundamentação -----

No próximo dia 30 de Junho será inaugurada no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, "a primeira exposição monográfica do mestre flaviense, Nadir Afonso, " Arquitectura Sobre Tela", dedicada ao seu percurso arquitetónico internacional". -----

Para a referida exposição foi produzido um catálogo/livro, com edição de 500 exemplares. -----

O catálogo/livro é composto por 176 páginas e inclui diversos capítulos sobre a obra do arquiteto e pintor, Nadir Afonso. O custo da edição/produção é de aproximadamente 35 € / exemplar (layout, traduções, impressão, outros custos associados). -----

Por outro lado, a montagem e instalação da referida exposição, que decorrerá previsivelmente, de 24 a 29 de Junho, inviabiliza a visita por parte do público, a grande parte do espaço expositivo (sala principal e galeria) do museu. -----

Considerando que é de todo o interesse disponibilizar o catálogo/livro aos visitantes, como forma de promover e divulgar o Museu; -----

Considerando que tem havido interesse acrescido por parte de visitantes na aquisição de catálogos. -----

Considerando que uma das muitas maneiras de respeitarmos quem nos visita, é reduzirmos o preço do bilhete de entrada no museu, nos dias em que decorre a instalação da exposição redução essa justificada pelo facto do serviço que prestamos também estar diminuído. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, sugere-se e/ou propõe-se que seja autorizada:-

a)- A venda dos catálogos/livros ao público em geral, pelo valor de custo de 35,00 € (trinta euros) (valor de venda isento de IVA nos termos do nº 13, do artº 9 do CIVA), no "front office" do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso; -----

b)-Redução de 50% nos preços de entrada no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso nos dias em que decorre a montagem e instalação da exposição (previsivelmente no período que decorre de 24 a 29 de Junho). -----

c) Encerramento do Museu no dia 30 de junho até às 18 h e entrada livre após o evento de inauguração da exposição até às 23 h. -----

d)-Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião do executivo camarário para deliberação. -----

À Consideração Superior -----

Chaves, 14 de junho de 2017 -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.06.20. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.20 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

De seguida, concluída a análise, discussão e votação do assunto, em apreciação, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado informação detalhada, sobre a forma como se distribuem os custos associados, na produção do catalogo e descritos na informação técnica, em apreciação. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que irá ser solicitada a informação, ora, pretendida, aos competentes serviços municipais. -----

Tal informação, logo que produzida, será levada ao conhecimento do Vereador peticionário, em sede de próxima reunião do Órgão Executivo Municipal. -----

XII DIVERSOS

1. ROMAN THERMAL SPAS OF EUROPE – COOPERAÇÃO INDEPENDENTE DE MARKETING – PAGAMENTO DA QUOTA RELATIVA AO ANO DE 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA 54/DSC/2017 – TÉCNICA: FILIPA LEITE. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que o Município de Chaves assinou a sua adesão, como membro fundador a 12.06.2014, ao projeto co-financiado pela União Europeia denominado "Roman Thermal SPAS of Europe", até à sua conclusão em 31.01.2016. -----

- Considerando que o projeto transitou para a Fundação de uma Cooperação Independente de Marketing, a partir de 01.02.2016, cuja assinatura da declaração de adesão por parte do Município de Chaves a 30.11.2015, foi efetivada em reunião de consórcio do projeto que teve lugar em Budapeste, a 3 e 4 de dezembro de 2015, com todos os parceiros efetivos que partilham em comum o legado romano e a coexistência com balneários termais, em atividade, na atualidade. -----

- Considerando que a adesão a esta cooperação permitiu alavancar a promoção externa termal, num mundo cada vez mais global, em mercados internacionais, através de uma comunicação proativa, que não seriam alcançáveis isoladamente, tais como Japão, China ou EUA, para além de

outras formas de comunicação externa, tais como: website dedicado, comunicação social internacional, agências de viagens,... conforme consta do planos de atividades e orçamentos que seguem em anexo relativos aos anos de 2016 e 2017. -----

- Considerando o reconhecimento internacional que as Termas de Chaves granjearam, com a recente atribuição do galardão da Europan SPAS Association (ESPA) na categoria de Melhor Destino SPA & Saúde, fruto da aposta que tem vindo a ser realizada no desenvolvimento e promoção do termalismo em Chaves. -----

- Considerando que são parceiros desta Cooperação destinos com relevância mundialmente reconhecida, todos eles com legado romano e com complexos termais modernos em plena atividade termal, a saber: ADIPSOS (Grécia), Badenweiler (Alemanha), Baile Herculane (Roménia), Budapeste (Húngria), Chinchiano Terme (Itália), Dax (França), Hisarya, Varna e Kyustandil (Bulgária), Chaves e São Pedro do Sul (Portugal).

- Considerando que a referida Cooperação Internacional de Marketing tem como gestor a EuropeSpa med & wellness GmbH. -----

- Considerando que, na senda da adesão do Município de Chaves, na qualidade de parceiro, da Cooperação Independente de Marketing do "Roman Thermal SPAS of Europe" (SPAS Termais Romanos da Europa) se torna necessário efetivar o pagamento da quota anual respeitante ao ano de 2017, no valor de 3.000,00 € (três mil euros), à semelhança do pagamento já efetivado no ano anterior. -----

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir: -----

a) Que, nos termos do disposto na alínea aaa), do n.º 1, do art.º 33, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12/9, a Câmara Municipal de Chaves ratifique a decisão do Senhor Presidente da Câmara, arqt. António Cabeleira, que veio a determinar a adesão do Município à Cooperação de Marketing Independente "Roman Thermal SPAS of Europe", em 04.12.2015, e que veio a determinar o pagamento da quota anual no valor de 3.000,00€ (três mil euros). -----

b) Que, simultaneamente, seja autorizado o pagamento do valor da quota anual, relativa ao ano de 2017, fixada em 3.000,00€ (três mil euros). -----

c) Sequencialmente, caso a proposta apresentada venha a ser objeto de decisão favorável, venha a mesma a ser enviada à Divisão de Gestão Financeira, para proceder em conformidade. -----

- Considerando que a presente despesa tem enquadramento orçamental, na rubrica dos instrumentos de gestão financeira, em vigor para o ano económico de 2017 na rubrica: 060203050399 / quotizações. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.06.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017.06.13 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE REDUÇÃO DAS TAXAS PRATICADAS NA FEIRA SEMANAL DE CHAVES. INF._17/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado pela Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho (AFDPDM), contribuinte fiscal n.º 506 805 182, com vista à redução das taxas praticadas na Feira do Concelho. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Conforme n.º 1¹⁶ do artigo 50.º do Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária, os espaços de venda estão sujeitos ao pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, e respetiva tabela, em vigor no Concelho de Chaves. -----

2.2. No entanto, em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais (RLCTM), no n.º 4¹⁷ do artigo 24.º, prevê isenção ou redução das taxas.

2.3. Por sua vez, a Assembleia Municipal, nos termos do art.º 25.º¹⁸ do RLCTM pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais. -----

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. O requerimento formulado pela AFDPDM consubstancia o pedido de redução das taxas de ocupação de terrado, praticadas na Feira Semanal de Chaves, alegando esta associação que os feirantes atravessam graves dificuldades financeiras, consequência do difícil período económico que se registou no país e da falta de investimento no sector. Argumentam ainda que os feirantes são conduzidos a abandonar a prática da sua atividade, o que se verifica pela atual taxa de ocupação das feiras. -----

3.2. Considera-se, no entanto, que as consequências do difícil período económico, que se registou no país, não se refletiram apenas no prejuízo deste sector de atividade, continuando a dar entrada pedidos de atribuição de lugar de terrado na Feira Semanal de Chaves, com o último ato público de sorteio, com vista à atribuição de 6 lugares, a registar 24 propostas. -----

3.3. De realçar ainda que a Feira Semanal de Chaves apresenta uma taxa média anual de desistência de lugares de terrado, inferior a 2%. ----

3.4. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, **estes serviços emitem o seguinte parecer:** -----

¹⁶ Regulamento de Exercício de atividade de comércio a retalho não sedentária -----

Art.º 50.º -----

1. Pela ocupação dos espaços de venda são devidas as taxas constantes no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas em vigor no município de Chaves. -----

¹⁷Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

4. Em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares, demonstrada nos termos da lei sobre o apoio judiciário, poderá também haver lugar à isenção ou redução das taxas. -----

¹⁸ Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Art.º 25º - Outras isenções -----

Além das isenções ou reduções previstas no artigo anterior a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais.

(i) A eventual concessão de redução do valor da taxa deverá ser solicitada a título individual, pelo feirante que comprove insuficiência económica, apresentando para o efeito os documentos definidos no n.º 9¹⁹ do art.º 24.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais. -----

3.5. Face ao exposto, estes serviços entendem que o pedido de redução das taxas de ocupação de terrado, não poderá ser acolhido. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto, com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços no termos referidos no ponto i) do n.º 3.4., desta informação; -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º e ss. do CPA. -----

4.3. Decorrido o referido prazo sem que a interessada venha a processo apresentar argumentos de facto e de direito que justifiquem inverter a intenção de indeferimento do seu pedido, devem ser adotados os procedimentos que conduzam à deliberação definitiva de indeferimento do pedido, notificando-se tal deliberação à interessada. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 5 de junho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Moraes) -----

Anexo: Requerimento -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.06.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/14.

A reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. COMUNICAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE LUGAR DE VENDA - BANCA N.º 82 DO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INF. _39/DSC/2017.-

¹⁹ Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais -----

Art.º 24º - Isenções ou reduções subjetivas -----

9. No que concerne especificamente ao disposto no n.º 4, o pedido mencionado no número anterior deverá ser acompanhado dos seguintes documentos: -----

a) Última declaração de rendimentos (IRS); -----

b) Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade pagadora. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre a comunicação formulada por Simão Miguel Trigo Taboada, contribuinte fiscal n.º 134 365 038, registada nos serviços de expediente geral desta Autarquia, sob o n.º 10856, em 10.11.2016, relacionado com a desistência de lugar de venda - banca n.º 82, do logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

(i) Conforme artigo 11.ºⁱ do Regulamento dos Mercados Municipais, o adjudicatário que, por qualquer motivo, pretenda desistir da ocupação de um espaço de venda que lhe foi atribuído, deverá comunicar o facto, por escrito, à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que o deseje fazer, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. A comunicação consubstancia a desistência do direito de ocupação do lugar de venda - banca n.º 82, do logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, cujo titular atual é Simão Miguel Trigo Taboada.

3.2. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, **estes serviços emitem o seguinte parecer:** -----

(i) A presente comunicação deu entrada no expediente geral desta Autarquia, no dia 10 de novembro de 2016, pelo que se considera tomar efeito a partir do mês de dezembro; -----

(ii) Por consulta do programa de Gestão de Mercados e Feiras do Município, constata-se que se encontram pagas as taxas mensais devidas pela ocupação do lugar de venda - banca n.º 82, até ao mês de novembro, incluído. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

(i) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada no reconhecimento da comunicação; -----

(ii) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do CPA, do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciado no reconhecimento da comunicação de desistência do lugar de venda - banca n.º 82, do logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, com efeito a partir do mês de dezembro de 2016; -----

(iii) Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro do lugar de venda - banca n.º 82, do logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 5 de junho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Morais) -----

Anexo: Requerimento NIPG 10856 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.06.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/14.

A reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR DE VENDA C/ BANCA N.º 78, NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INF. 53/DSC/2017.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Cândido Maria Lopes, contribuinte fiscal n.º 118 944 430, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 336, em 11.01.2017, relacionado com o pedido de uma banca no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Conforme n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), a atribuição de lugares de terrado, novos ou vagos, nos Mercados Municipais, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". ----

2.2. O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária (cf. n.º 2 do artigo 22.º do RMM). -----

2.3. O RMM, conforme n.º 2 do artigo 21.º, prevê ainda a possibilidade de se ocupar um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 8h00, a título ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda, com banca n.º 78, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, para venda de produtos hortofrutícolas de produção própria. -----

3.2. Por consulta do Programa de Gestão de Mercados e Feiras, constata-se que o requerente é titular do lugar de venda, com banca n.º 77, facto que não é impeditivo de vir a ocupar um segundo lugar, uma vez que, conforme n.º 3 do artigo 16.º do RMM, cada pessoa, singular ou coletiva, pode ser titular de, no máximo, dois lugares de venda. ----

3.3. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, **estes serviços emitem o seguinte parecer:** -----

(iii) A atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda no Mercado Municipal carece da autorização pelo executivo municipal, da abertura do procedimento de atribuição do direito de ocupação, e concretização do ato de adjudicação de tal direito, processo que os serviços se encontram a preparar, com vista à sua realização, ainda no decorrer do terceiro trimestre de 2017. -----

(iv) Contudo, o requerente poderá sempre beneficiar da ocupação de um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 08h00, a título ocasional, conforme n.º 2 do artigo 21.º do RMM. -

3.4. Face ao exposto, o pedido de atribuição do direito de ocupação a título permanente do lugar de venda, com banca n.º 78, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, não poderá ser acolhido, devendo o requerente ser aconselhado, enquanto aguarda pelo novo ato público, a ocupar, sempre que possível, um lugar a título ocasional.

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----
 Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto, com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços nos termos referidos no ponto ii) do n.º 3.3, desta informação, enquanto aguarda pelo novo ato público. -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA. Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
 Chaves, 7 de junho de 2017 -----
 A Técnica Superior -----
 (Cristiana Morais) -----
 Anexo: Requerimento NIPG 336 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.06.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/14.

A reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. PEDIDO DE TRANSMISSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGAR DE VENDA C/ BANCA N.º 40, NO LOGRADOURO DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES, A CÔNJUGE SOBREVIVO. INF. 55/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
 A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Clotilde Cristina Cadavez Castelo Mourão, contribuinte fiscal n.º 189 539 933, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 724, em 26.01.2017, relacionado com o pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda c/ banca n.º 40, por falecimento de seu marido, Luís Francisco Pires Mourão, atual titular. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

4.1. Conforme n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves (RMM), a Câmara Municipal pode autorizar a transmissão do direito de ocupação ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, aos seus descendentes diretos nos seguintes casos: -----

- a) Invalidez do titular; -----
- b) Redução a menos de 50% da capacidade física normal; -----
- c) Morte do titular, nos termos previstos no artigo seguinte; -----
- d) Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso.

4.2. Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do RMM, por morte do titular do direito de ocupação, preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus representantes legais assim o requerem nos 60 dias subsequentes ao óbito, instruindo o pedido com a respetiva certidão de óbito, de casamento ou de nascimento, conforme os casos. -----

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. O requerimento formulado consubstancia o pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda c/ banca n.º 40, do logradouro do Mercado Municipal de Chaves, ao cônjuge sobrevivente, por falecimento de seu marido, Luís Francisco Pires Mourão, atual titular. -----

3.2. A requerente apresenta certidão que atesta o óbito em 14.12.2016, documento emitido pelo IFAP com caracterização da exploração agrícola e comprovativo da Declaração de início de atividade, com inscrição no CAE 01500 - Agricultura e produção animal combinadas, a vigorar a partir de 01.11.2013. -----

3.3. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, **estes serviços emitem o seguinte parecer:** -----

(i) A requerente, enquanto cônjuge, prefere no direito de ocupação do lugar de venda c/ banca n.º 40, apresentando para o efeito todos os documentos que a habilitam ao exercício da atividade; -----

(ii) No que respeita às obrigações financeiras, não se encontram em dívida quaisquer montantes ao Município de Chaves; -----

(iii) A nova titular, caso se venha a deferir a pretensão, deverá manter os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade, venda de produtos hortofrutícolas, de produção própria. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciado no deferimento do pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda c/ banca n.º 40, do logradouro do Mercado Municipal de Chaves, a Clotilde Cristina Cadavez Castelo Mourão; -----

4.3. Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro do lugar de venda - c/ banca n.º 40, do logradouro do Mercado Municipal de Chaves, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
Chaves, 8 de junho de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Cristiana Moraes) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2017.06.13 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/14.

A reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE LUGAR DE VENDA, NO ESPAÇO ADJACENTE AO LOGRADOURO DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES, PARA VENDA DE CASTANHEIROS DE NOVEMBRO A ABRIL. INF. 56/DSC/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por João Martins, contribuinte fiscal n.º 131 029 061, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 978, em 06.02.2017, relacionado com o pedido de lugar no espaço adjacente ao logradouro do Mercado Municipal de Chaves, para venda de castanheiros de novembro a abril. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. Conforme n.º 1 do artigo 22.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), a atribuição de lugares de terrado, novos ou vagos, nos Mercados Municipais, far-se-á através de sorteio, por ato público, o qual deve ser anunciado por edital, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor". ----

2.2. O procedimento referido no número anterior deve ser realizado com periodicidade regular, e ser aplicado a todos os lugares novos ou deixados vagos, não podendo ser objeto de renovação automática, nem devendo prever condições mais vantajosas para a pessoa cuja atribuição de lugar tenha caducado ou para quaisquer pessoas que com este mantenham vínculos de parentesco ou afinidade, vínculos laborais, ou, tratando-se de pessoa coletiva, vínculos de natureza societária (cf. n.º 2 do artigo 22.º do RMM). -----

2.3. Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do RMM a atribuição do direito de ocupação de lugares de terrado será efetuada a título permanente, durante todo o ano, ainda que a atividade de venda seja exercida em dias da semana específicos, nomeadamente o dia da feira semanal. ----

2.4. O RMM, conforme n.º 2 do artigo 21.º, prevê ainda a possibilidade de se ocupar um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 8h00, a título ocasional, observando, com as necessárias adaptações, os procedimentos previstos no artigo seguinte.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

3.1. O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda, no espaço adjacente ao logradouro do Mercado Municipal de Chaves, para venda de castanheiros de novembro a abril. -----

3.2. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º existem lugares de terrado, nos espaços adjacentes ao logradouro interior, cuja ocupação espacial, é feita segundo a natureza dos produtos a comercializar, nomeadamente por viveiristas (árvores de fruto, bacelos e renovo). -----

3.3. Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, **estes serviços emitem o seguinte parecer:** -----

(v) A atribuição do direito de ocupação de um lugar de venda no Mercado Municipal carece da autorização pelo executivo municipal, da abertura do procedimento de atribuição do direito de ocupação, e concretização do ato de adjudicação de tal direito, processo que os serviços se encontram a preparar, com vista à sua realização, ainda no decorrer do terceiro trimestre de 2017. -----

(vi) Contudo, o requerente solicita a atribuição de lugar apenas de novembro a abril, situação que não se encontra prevista no RMM, que apenas preconiza a ocupação a título permanente, durante todo o ano, ou a título ocasional. -----

(vii) Sendo assim, o requerente poderá sempre beneficiar da ocupação de um lugar de venda, que se encontre vago ou cujo titular não ocupou até às 08h00, a título ocasional, conforme n.º 2 do artigo 21.º do RMM. -----

3.4. Face ao exposto, o pedido de atribuição do direito de ocupação a título permanente de lugar de venda, no espaço adjacente ao logradouro do Mercado Municipal de Chaves, não poderá ser acolhido, devendo o requerente ser aconselhado, a ocupar, sempre que possível, um lugar a título ocasional. -----

4. PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

4.1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto, com a ressalva da alternativa preconizada pelos serviços nos termos referidos no ponto iii) do n.º 3.3, desta informação. -----

4.2. Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao mesmo vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA. Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
Chaves, 9 de junho de 2017 -----

A Técnica Superior -----
(Cristiana Morais) -----

Anexo: Requerimento NIPG 978 -----

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL, SR. JOÃO NEVES DE 2017/06/20.

A reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir, na presente reunião, nos termos do disposto do n.º 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

- Usou da palavra, o Senhor Manuel Leão, tendo dado nota ao Senhor Presidente da Câmara, da existência de um buraco no pavimento, com alguma dimensão, nas proximidades da Av. Miguel Torga e a Escola Dr. Júlio Martins, assunto que já tinha sido por si colocado nas redes sociais. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido que desconhecia a existência de qualquer buraco no piso, naquela artéria da cidade, e que de imediato, iria solicitar informação aos serviços municipais competentes. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e cinquenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Paulo Jorge Ferreira da Silva, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves -----
Artigo 11.º - Desistência do direito de ocupação -----
1.0 titular do direito de ocupação de espaço de venda que dele queira desistir deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, até ao dia 15 do mês anterior àquele em que se pretende que produzam efeitos, sob pena de ficar responsável pelo pagamento das taxas de ocupação referente ao mês seguinte ao da sua desistência. -----